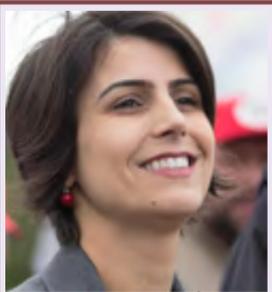


Imunização libertará Brasil da pandemia

85% dos brasileiros

querem vacina que

Bolsonaro sonega



Manuela D'Ávila lidera e venceria adversários no segundo turno

A candidata Manuela D'Ávila cresceu na primeira colocação da disputa pela Prefeitura de Porto Alegre e atingiu 24,9% da preferência e vence todas as simulações de segundo turno. **Pág. 4**

HORA DO POVO

ANO XXXI - Nº 3.780 28 de Outubro a 3 de Novembro de 2020



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Mesmo se a vacina for aprovada, não compro”. É tacanho ou genocida?

Brasil e o mundo aguardam com ansiedade a criação de uma vacina eficaz e segura para libertar a população das garras do novo coronavírus, responsável pela morte de 157 mil brasileiros nos últimos oito meses. Segundo pesquisa da revista Nature,

85,3% dos brasileiros estão querendo se vacinar. Só uma pessoa destoia de tudo isso: o presidente Jair Bolsonaro. “A da China nós não compramos, é decisão minha”, disse. Exatamente a mais concreta porta de saída da pandemia, feita em parceria com o Instituto Butantan. **Págs. 3 e 4**

Em uma semana, chega a SP o primeiro lote da CoronaVac



O governador de São Paulo, João Doria, anunciou na segunda-feira que as primeiras 6 milhões de doses da vacina CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com Instituto Butantan, chegarão ao Brasil até a próxima segunda-feira. O acordo do Butantan com a

Sinovac prevê a aquisição este mês de seis milhões de doses já embaladas da vacina, além da produção, até dezembro, de outros 40 milhões de doses do imunizante no Brasil. Para esta segunda fase, no entanto, o instituto aguarda liberação de importação de insumos pela Anvisa. **Página 4**

“Hierarquia e disciplina não significam subserviência”, diz Santos Cruz sobre Pazuello

O General Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência, criticou duramente, através de seu Twitter, a fala do ministro Pazuello sobre obediência a Bolsonaro no episódio que envolveu a desautorização do

presidente à compra da vacina Butantan/Sinovac. O presidente desfez abruptamente o acordo que Pazuello tinha firmado na véspera com 24 governadores para a compra de vacinas, que respondeu “um manda outro obedece”. **Pág. 3**

Flávio Bolsonaro usou o GSI para espionar Ministério Público do RJ

A defesa de Flávio Bolsonaro confirmou que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Presidência da República, foi usado para espionar as investigações do Ministério Público sobre o esquema de lavagem de dinheiro montado por ele

em seu gabinete na Assembleia Legislativa do RJ, quando era deputado estadual. A Oposição quer uma CPI sobre uso indevido de órgão da Presidência. Criminosos querem impedir investigações sobre lavagem de dinheiro na Alerj. **Página 3**

Eleição de Arce resgata a democracia na Bolívia e MAS se recupera de erros de Evo

“Vamos unir a Bolívia”, conclamou o presidente eleito, Luis Arce, que conquistou 55,1% dos votos contra 28,8% de Carlos Mesa. Ao substituir Evo por Arce, o MAS conquista a vitória nas eleições presidenciais e resgata a maioria que obtivera em várias eleições. Luis Arce já havia afirmado que o desrespeito à decisão do referendo popular fora um erro político do ex-presidente e que abriu espaço à tomada do poder pela extrema direita. “Recuperamos a democracia”, disse Luis Arce. **Página 7**



Com 78% dos votos, Chile enterra Carta de Pinochet

No domingo (25), os chilenos foram às urnas para decidir pela mudança na Constituição de 1980 imposta pela ditadura de Pinochet. Com 99,57% das urnas apuradas, a revogação do

arremedo de Constituição que, ao invés de garantir os direitos democráticos da maioria serviu de sustento legal ao autoritarismo e aos monopólios que com ele têm lucrado no Chile, foi aprova-

da por 78,28% dos votos. A rejeição à mudança foi derrotada de forma mais ampla do que todas as previsões, ficando com 21,72%. A Praça da Dignidade – que ficou célebre por centralizar as

manifestações que levaram à instauração do processo constitucional agora em vias de ser sacramentado – ficou lotada com uma multidão celebrando a vitória, cantando e dançando. **Página 6**

Há subnotificações nos dados do Caged, alerta Ibre

Íbre: há “evidências da subnotificação” nos dados do Caged

A divergência entre o saldo do emprego formal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e os dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) questionam se realmente há recuperação do emprego no país, como quer fazer crer o ministro da Economia, Paulo Guedes.

De acordo com nota técnica do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Íbre/FGV), o bom resultado de geração de vagas formais do Caged nos últimos meses não é um bom termômetro para avaliar o mercado de trabalho — uma vez que há “evidências da subnotificação”.

Em publicação no Blog do Íbre, o pesquisador Daniel Duque afirma que a diferença entre a criação de vagas com carteira assinada medida nas pesquisas do IBGE (Pnad Contínua e Pnad Covid-19) e no Caged, que sempre existiu, alcançou níveis nunca registrados em julho e agosto.

Enquanto, pelos dados do Ministério da Economia, o saldo líquido entre admissões e demissões foi positivo em mais de 150 mil nos dois meses — maior nível desde dezembro de 2011 —, os levantamentos do IBGE mostraram redução das ocupações formais no período, com ligeira recuperação em agosto, nota Duque.

“Após acumular uma redução de quase 1,5 milhão de vagas com carteira assinada entre março e junho, o Caged registrou saldo positivo de mais de 150 mil em julho e agosto. Tal saldo é inesperado, principalmente pelo fato de que seu nível foi o maior desde dezembro de 2011. Mostra-se também enigmática a relação desses dados com outros. Por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e a Pnad Covid-19 registraram até julho queda do número de empregos formais com carteira assinada (em agosto essa última mostrou pequena recuperação). Ainda que tais pesquisas jamais tenham mostrado total equivalência, a distância entre elas aumentou expressivamente durante a pandemia”.

As evidências se baseiam também no fato de que os pedidos de seguro desemprego tiveram crescimento disparado e muito maior que as demissões contabilizadas nos últimos meses do Caged.

“O número de pedidos de seguro de desemprego, que cresceu expressivamente mais quando acumulado nos últimos meses em relação aos desligamentos do Caged, sugere mais demissões do que reportado na segunda pesquisa”, afirma Duque.

O pesquisador do Íbre reforça que a queda expressiva no número de empresas notificando o Ministério do Trabalho, corroboram com a tese de subnotificação. De janeiro a março, eram cerca de 850 mil empresas mandando informações ao Caged. Esse número caiu para 550 mil a partir de abril, subindo para apenas 610 mil em agosto.

O fechamento em massa de empresas durante a pandemia pode ter afetado as estatísticas de desligamentos.

“Uma empresa que fechou ou ‘hibernou’ tem grande chance de ter realizado demissões, sem reportá-las ao governo”, afirma ele. “Admitindo que tais empresas não realizaram admissões, isso implicaria que o saldo das empresas que não reportaram movimentações seria negativo”.

Por avaliação final, Duque conclui que os números do Caged podem não ser retrato fidedigno do emprego e desemprego no momento. “Eles não seriam evidência de um mercado de trabalho mais forte”.

Guedes, se baseando nos dados do Caged, declarou, na segunda-feira (19) que na pandemia “perdemos só 1 milhão de empregos” e “preservamos 11 milhões de empregos”, comparando com os 33 milhões de trabalhadores que ficaram desempregados nos EUA.

IBGE

Segundo o IBGE, só no trimestre encerrado em julho, 7,214 milhões de brasileiros perderam o emprego. Em um ano, o total de postos extintos supera 11,6 milhões.

“O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (excluído trabalhadores domésticos), estimado em 29,4 milhões, foi o menor da série, caindo 8,8% (menos 2,8 milhões de pessoas) frente ao trimestre anterior e de 11,3% (menos 3,8 milhões de pessoas) ante o mesmo trimestre de 2019”, apontou a Pnad Contínua do trimestre encerrado em julho.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edfício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Empresários e sindicalistas cobram derrubada do veto à desoneração



Votação do veto será no dia 4 de novembro, segundo o senador Alcolumbre

Bolsonaro assina “protocolo” de submissão aos Estados Unidos

O protocolo de “boas intenções” de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC, na sigla em inglês), assinado entre o Brasil e EUA, é um servilismo de Bolsonaro aos interesses do presidente norte-americano, Donald Trump. O pacote de cooperação, “ambicioso e moderno”, como afirma o governo Bolsonaro, não é um acordo que traga benefícios comerciais aos brasileiros, é simplesmente para banir a tecnologia da empresa chinesa Huawei Technologies do País, com o fim de conceder o monopólio dos dispositivos 5G aos EUA.

Em cerimônia no Palácio do Itamaraty, na terça-feira (20), a delegação norte-americana chefiada pelo conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Robert O’Brien, assinou mais um memorando de entendimento (ao todo foram 4 até agora) com o governo. O documento foi assinado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pela presidente do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (EximBank), Kimberly Reed.

O memorando de entendimento permite ao Brasil contratar empréstimos junto ao EximBank para financiar iniciativas de exportação e importação na área de energia nuclear, gás e óleo, infraestrutura, logística e mineração, área de telecomunicações, incluindo a implantação das redes de internet móvel de tecnologia de 5G. O valor global estimado é de US\$ 1 bilhão. Ou seja, o governo americano põe à disposição do Brasil dinheiro para importar equipamentos de suas empresas.

O ministro Paulo Guedes deixou claro sua subserviência aos americanos ao dizer que, apesar dos



Bolsonaro disse torcer pela reeleição de Trump

interesses comerciais do Brasil o obrigarem a ter boas relações com todos os países, “nós sabemos o nosso lugar na geopolítica e sabemos que temos que priorizar a questão de segurança”, disse ele. Ou seja, Guedes discursou para jurar obediência ao governo americano.

Presente no evento, Bolsonaro seguiu na mesma direção e afirmou torcer pela reeleição de Donald Trump.

“Desde o primeiro contato com o senhor presidente Donald Trump, nasceu entre nós um sentimento de cooperação de buscar o bem para seus países. De apagarmos o que tínhamos de não feito corretamente por quem nos antecedeu no tocante à devida representação que os nossos países se merecem”.

“Eu quero agradecer ao presidente Trump por estar na vanguarda da nossa entrada na OCDE. Acordos vários assinamos, memorandos, como quatro neste exato momento, e dizer que cada vez mais Brasil e EUA retoma aquela amizade que nasceu em 1922, com toda a certeza”.

“Espero, se essa for a vontade de Deus, comparecer à posse do presidente brevemente reeleito nos EUA. Não preciso esconder isso, é do coração, não

interfiro, mas do coração e pelo respeito que tenho ao povo americano e pelo trabalho e pela consideração que Donald Trump teve conosco, é que me manifesto dessa maneira neste momento”.

“Quero agradecer a delegação, prezado embaixador, e dizer da felicidade que tive no dia de hoje em recebê-lo. Até o mês de dezembro, se Deus quiser”, concluiu Bolsonaro.

Ao ceder à pressão dos EUA contra o sistema 5G da Huawei, Bolsonaro colocou os interesses comerciais do Estado brasileiro mais uma vez em último plano. A China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. Esses interesses comerciais americanos têm estado na prioridade do governo Trump.

O exemplo dos prejuízos que esse tipo de relação submissa traz ao Brasil foi a sobretaxa do alumínio brasileiro pelo governo americano, que subiu no último dia 13 de outubro, de 15% para 145%. Segundo representantes do setor, a decisão dos EUA vai inviabilizar exportações de chapas de metal e causar prejuízo de US\$ 90 milhões por ano.

Veja matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/bolsonaro-e-guedes-assinam-protocolo-de-submissao-total-aos-eua/>

Plano de Paulo Guedes é sangrar bancos públicos para pagar juros

O governo Bolsonaro quer acelerar o esvaziamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) antecipando o pagamento dos aportes feitos pelo Tesouro Nacional para garantir investimentos de longo prazo para o setor industrial. O resgate desses aportes estava previsto para acontecer ao longo dos anos até 2060.

A cifra que está em negociação com o banco é de R\$ 100 bilhões, a serem repassados para o Tesouro em 2021, já no início do ano. Pela legislação, o recurso antecipado ao Tesouro pelo BNDES terá que ser usado exclusivamente para o pagamento da dívida pública.

O governo federal aportou quase 500 bilhões ao BNDES entre 2008 e 2014. De 2015 para cá, os governos exigiram a devolução antecipada dos recursos para pagamento da dívida pública. Em 2019,

Gustavo Montezano devolveu mais R\$ 123 bilhões, prejudicando a capacidade do banco de fomento fazer investimentos produtivos e o país sair da estagnação econômica.

Ao invés de manter a capacidade do BNDES como instrumento para alavancar o investimento no país, inclusive valendo-se da redução da taxa Selic aos atuais 2% ao ano, descapitalizam o banco de fomento, transformando-o, como prometido por Montezano em sua posse, em uma “boutique” financeira. Cumprindo este papel, fica mais fácil eles defenderem a sua privatização, afinal não há necessidade de uma “boutique” estatal.

As gestões para esse rapa no fundo do poço estão acontecendo também junto à Caixa Econômica Federal (CEF), órgão responsável por projetos de saneamento, habitação e outros programas sociais, e ao Banco Central (BC).

Em agosto, o Tribunal de Contas da União autorizou o repasse de R\$ 325 bilhões do lucro do BC, obtidos pelo aumento em reais das reservas brasileiras aplicadas em dólar. Agora Paulo Guedes, ministro da Economia, faz olho gordo sobre os R\$ 120 bilhões que não conseguiu arrancar da primeira vez. O recurso será usado para pagamento da dívida. Se depender de Bolsonaro e Guedes, nem um tostão a mais para o combate à pandemia.

No caso da Caixa, Guedes quer que o banco amortize também antecipadamente os recursos dos chamados Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), realizados como forma a fortalecer a ação do banco estatal, com condições ao acesso a crédito mais barato e de longo prazo.

Leia matéria completa: <https://horadopovo.com.br/plano-de-guedes-e-sangrar-os-bancos-publicos-para-pagar-juros/>

Manter o veto de Bolsonaro à desoneração da folha salarial de 17 setores que mais empregam no país irá provocar a demissão de milhares de trabalhadores, alertam

O presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), anunciou na quarta-feira (21) que irá colocar em votação no dia 4 de novembro o veto de Bolsonaro à prorrogação da folha de pagamento de 17 setores da economia até dezembro de 2021.

O dispositivo foi aprovado pelo Congresso Nacional, na medida provisória que permitiu a redução da jornada de trabalho e do salário em razão da pandemia do novo coronavírus.

Bolsonaro vetou a desoneração no início de julho e após quase quatro meses, empresários e dirigentes de entidades da indústria esperam que os congressistas derrubem o veto do presidente. Eles consideram que se não for estendido o prazo da desoneração, que termina no final deste ano, cerca de 500 mil empregos podem ser perdidos, já que a “remuneração da folha em meio à atual crise seria insustentável para esses setores e acarretaria consequências drásticas para os seus trabalhadores, empresas, consumidores e para o próprio Estado”, argumentam os empresários em uma carta, em que cerca de 30 entidades da indústria assinam e que foi encaminhada aos deputados e senadores.

A medida permite que as empresas substituam a contribuição previdenciária, de 20% do salário bruto dos funcionários, por uma alíquota que varia de 1,5% a 4,5% da receita bruta. Existe “um sentimento da maioria do parlamento, tanto da Câmara como do Senado, de derrubar o veto”, como afirmou no final do mês passado o senador Davi Alcolumbre, mas Bolsonaro e sua base no Congresso querem que o veto seja mantido e tem agido para impedir que a votação seja realizada.

A demora na apreciação do veto pelo Congresso preocupa o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso. Ele chamou a atenção para a demora de Alcolumbre em pautar a data da votação da derrubada do veto. “Nós temos votos suficientes na Câmara e no Senado para a derrubada. Empresário quer previsibilidade e rogamos que o presidente do Senado que vote o mais rápido possível”, disse o empresário.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, vê com preocupação o atraso da análise do veto presidencial. “O setor terá um impacto muito grande com a não

prorrogação da desoneração, com um acréscimo de carga tributária estimado em mais de R\$ 570 milhões ao ano, o que geraria a perda de mais de 15 mil postos”. “Entre janeiro e agosto deste ano já perdemos mais de 43 mil postos de trabalho no setor, com uma queda de 36% na produção de calçados. A expectativa de iniciar uma recuperação no próximo ano seria frustrada com a reoneração da folha”, afirma Ferreira.

O deputado federal e candidato à Prefeitura de São Paulo, Orlando Silva do PCdoB, que foi relator da proposta na Câmara, também argumenta que o veto deve ser apreciado com urgência, pois o que está em jogo são os empregos que estes 17 setores da economia aportam, para mais de 6 milhões de trabalhadores.

“As empresas já planejam 2021, e se a desoneração não for garantida, podemos ter uma onda de demissões ainda neste ano, e é preciso estimular a manutenção do emprego”. “Sou a favor de desonerar outros setores e de discutir isso. Mas o problema aqui é imediato. Esses 17 segmentos terão um grave impacto já no fim do ano se não derrubarmos o veto”, afirma o deputado Orlando Silva.

Lideranças sindicais realizaram na terça-feira (20), em Brasília, um ato pela derrubada do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento. Segundo o diretor-secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações no Estado de São Paulo, Marcos Milanez, a previsão para o próximo ano é de demissão no setor de teleatendimento, caso haja a reoneração da folha.

“A nossa previsão, apesar de se tratar de uma área de serviços essenciais, é que nós teremos para o início de janeiro mais de 500 mil demissões. Um dos setores que vai ser afetado é o setor de teleatendimento. Vai ser uma área que vai ser muito afetada com a não desoneração”, afirmou Milanez.

Também presente na manifestação, o senador do PSL, Major Olímpio, defendeu que a análise do veto ocorra de fato no dia 4 de novembro, quando “esgota o limite em que é possível ainda as empresas se adequarem”.

“Eu estava dando um exemplo. Imagine alguém da construção civil que fosse contratar uma obra hoje. Se você vai ter o custo do pessoal em 1º de janeiro em 8% a mais no valor total da fatura, como é que você vai fazer a previsão de gastos? É nesse momento o desespero das empresas”, declarou o senador.

Decreto pró-Coca e Ambev é “extremamente prejudicial ao Brasil”, afirma Afrebras

“Com esse decreto, Bolsonaro age na contramão do desenvolvimento nacional”, afirma Fernando Rodrigues de Bairros, presidente da entidade

Através de decreto publicado no DOU (Diário Oficial da União) na terça-feira (20) Bolsonaro tornou permanente a devolução de imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no percentual de 8%, pago pelas empresas que produzem concentrado de refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

Trata-se, na prática, de uma redução do IPI com a devolução do que foi pago pelas empresas, através de créditos tributários nesse percentual. A vantagem beneficia particularmente a Coca-Cola e a Ambev e é contestada pelas empresas nacionais produtoras de refrigerantes em todo o país.

Para o presidente da Afrebras (Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil), Fernando Rodrigues de Bairros, o benefício fiscal dado às multinacionais é “extremamente prejudicial ao Brasil”. “Essa medida desastrosa prejudica todo o país e beneficia apenas um Estado”, critica. “Com esse

decreto, Bolsonaro age na contramão do desenvolvimento nacional”, lamentou, na terça-feira (20).

Com o novo decreto, essa alíquota passa a ser permanente a partir de fevereiro de 2021. “Mais indústrias de bebidas regionais correm o risco de fechar suas portas por causa desse decreto”, alerta Bairros.

“Na prática, o incentivo fiscal resulta em devolução feita, pelo governo, em crédito pelo pagamento de IPI, a grandes empresas e multinacionais de bebidas, como Coca-Cola e Ambev. Elas se instalaram na Zona Franca de Manaus apenas para se beneficiarem da alíquota de crédito presumido, sem pagar qualquer tributo. No entanto, irão gerar crédito para as etapas seguintes da cadeia produtiva”, diz a Afrebras.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/decreto-pro-coca-e-ambev-extremamente-prejudicial-ao-brasil-diz-afrebras>



O candidato durante a live com a UMES-SP Orlando defende fortalecer o setor cultural para geração de emprego e renda em S. Paulo

Na noite desta sexta-feira (23), a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) realizou a live "Debates sobre Cultura" com o objetivo de discutir propostas e políticas para a cultura com os candidatos à Prefeitura da cidade de São Paulo. Orlando Silva (PCdoB) foi o primeiro candidato a participar da série de debates.

O evento também reuniu artistas, ativas e representantes do setor cultural, que puderam questionar suas propostas e apresentar as respectivas demandas ao candidato.

Ao iniciar a conversa com Orlando, o presidente da UMES, Lucas Chen, fez uma breve apresentação do trabalho cultural desenvolvido pela entidade secundarista destacando a produção do Centro Popular de Cultura da UMES, as mostras de cinema realizadas pela entidade e o bloco UMES Caras Pintadas, que "vem desempenhando um papel fundamental na divulgação e fomento da cultura no país".

Orlando defendeu que a Prefeitura deve respeitar e valorizar a diversidade cultural que é a característica da capital paulista.

"Muita gente fala da cidade de mil povos, a cidade que tem mil povos, que tem gente do mundo inteiro, do Brasil inteiro, também é a cidade das mil culturas, que têm culturas do Brasil inteiro e culturas do mundo inteiro e isso dá uma riqueza enorme para a nossa cidade. E a política cultural tem que primeiro reconhecer essa diversidade, valorizar essa diversidade e permitir que essa diversidade possa circular", afirmou.

Ele apresentou como sua principal proposta para o setor, a formação do Circuito São Paulo de Artes e Cultura, que deverá "articular espaços de exposição e exibição das mais diversas culturas artísticas em nossa cidade e permitir a circulação dessas apresentações, utilizando equipamentos públicos já disponíveis, utilizando novos equipamentos de cultura, que queremos realizar em toda a cidade, sobretudo nos distritos da periferia que não tem equipamentos públicos de cultura".

Orlando também destacou a importância do setor cultural na geração de emprego e renda. "Nós temos uma indústria que pode ser estimulada", defendeu o candidato ao destacar o trabalho da estatal para a promoção do audiovisual Spcine na capital paulista.

"A Spcine hoje é uma realidade e o audiovisual é um dos setores que ilustra o potencial de fortalecimento da identidade visual de São Paulo e da geração de emprego e renda. O audiovisual fala de cinema, mas também há publicidade, São Paulo é a cidade que mais filma no Brasil e nós temos que disputar cada vez mais, nós temos que produzir cada vez mais na nossa cidade que isso também significará desenvolvimento econômico", ressaltou.

Cinemateca
O candidato apontou ainda a necessidade da Prefeitura de assumir o protagonismo na preservação do patrimônio cultural da cidade. Como é o caso da Cinemateca Brasileira, alvo da política de destruição do governo Bolsonaro.

"A Cinemateca Brasileira é um órgão federal, que vive uma crise gigantesca, correndo o risco de desaparecer. O governo Bolsonaro que não tem responsabilidade nenhuma com a Cultura", condenou Orlando.

"O prefeito de São Paulo tem que assumir esse protagonismo e preservar as construções, mesmo a Cinemateca sendo um órgão federal, também é de São Paulo. Eu prezo para que a gestão tenha uma ação mais ousada e organizada em defender os patrimônios culturais de São Paulo e do Brasil", defendeu.

Lei Aldir Blanc
No debate, Orlando ainda abordou a aprovação da Lei Aldir Blanc, no Congresso Nacional. Ele destacou o papel dos parlamentares no socorro à classe artística "um dos setores mais atingidos pela pandemia de Covid-19".

A Lei de Emergência Cultural 14.017/2020, que prevê apoio emergencial ao setor cultural diante do estado de calamidade pública decretado pela União em função da pandemia da Covid-19. O projeto foi batizado de Lei Aldir Blanc em homenagem ao compositor, vítima do coronavírus em abril de 2020.

Segundo informou o deputado, um dos 24 co-autores da Lei Aldir Blanc, na cidade de São Paulo, serão cerca de mil espaços culturais e mais de quatro mil artistas beneficiados pela lei.

"Nós sofremos um pouco na hora de elaborar a lei, porque ela exige regulamentação do governo federal e nada do que dependa do governo federal anda rápido. Logo quando saiu a regulamentação, o prazo para as inscrições era até outubro, agora foi prorrogado e houve um número de inscrições superior ao que era estimado aqui em São Paulo", explicou Orlando.

O texto na íntegra do debate está em www.horadopovo.com.br

'Mito' diz que não compra vacina mesmo se aprovada pela Anvisa



Quase 90% dos brasileiros querem vacina contra a Covid-19, só Bolsonaro não

"Hierarquia e disciplina não significam subserviência", diz general Santos Cruz

O general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência, criticou duramente na sexta-feira (23), através de seu Twitter, a fala do ministro Pazuella sobre obediência a Bolsonaro no episódio que envolveu a desautorização do presidente à compra da vacina Butantan/Sinovac.

O presidente desfez abruptamente o acordo que Pazuella tinha firmado na véspera com 24 governadores para a compra de vacinas. A pandemia já matou mais de 155 mil brasileiros e a vacina é a esperança de todos para que a população seja libertada do

vírus. Há quatro delas em teste no Brasil e a da Butantan/Sinovac está obtendo bons resultados.

"HIERARQUIA E DISCIPLINA, na vida militar e civil, são princípios nobres. Não significam subserviência e nem podem ser resumidos a uma coisa "simples assim, como um manda e o outro obedece" ... como mandar varrer a entrada do quartel", escreveu Santos Cruz. O vídeo, onde Pazuella mostrou sua subserviência, que desagradou Santos Cruz e vários outros generais, foi veiculado na quinta-feira (22) nas redes sociais.

Ao desautorizar Pazuella, Bolsonaro havia

dito que não vai comprar nenhuma "vacina chinesa" e nem a "vacina do Dória". A politização de um tema grave como este, que coloque obstáculos à possível superação de uma pandemia que matou tanta gente, gerou indignação geral na sociedade.

Pazuella aparece ao lado de Bolsonaro desmentindo que estivesse de saída do governo, desgostoso com a decisão do presidente de anular o acordo que tinha feito com o governador de São Paulo, João Dória. "Senhores, é simples assim: um manda e o outro obedece", resumiu o general-ministro.

Flávio Bolsonaro usou o GSI para espionar Ministério Público do RJ

A defesa de Flávio Bolsonaro confirmou que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Presidência da República, foi usado para espionar as investigações do Ministério Público sobre o esquema de lavagem de dinheiro montado por ele em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), quando era deputado estadual.

Desde o início do escândalo, o "zero um" vem tentando anular as provas de seus crimes, obtidas pelo MP e a polícia.

Os advogados disseram que levaram ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o que apontaram como "suspeitas de irregularidades das informações constantes dos Relatórios de Investigação Fiscal" lavrados em nome do senador.

"O senador acionou diretamente o GSI, e não autoridades como a Polícia Federal, por se tratar", segundo a defesa do parlamentar, de ato "praticado contra membro da família do Senhor Presidente da República."

O pretexto para a espionagem foi dizer que relatórios da Receita Federal feitos sobre os bens do senador diferiam, em muito, das características, do conteúdo e da forma dos mesmos relatórios elaborados em outros casos, "ressaltando-se, ainda, que os relatórios anteriores do mesmo órgão não apontavam qualquer indício de atividade atípica por parte do senador".

Bolsonaro já havia perseguido furiosamente, até

praticamente extinguir, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) por ele ter elaborado um relatório que apontava a movimentação suspeita de R\$ 7 milhões na conta do comparsa de Flávio, Fabrício Queiroz, seu assessor na Alerj, entre os anos de 2014 e 2017. Depois interveio na Receita Federal e ameaçou demitir, como também fez com a Polícia Federal, o superintendente do órgão no Rio.

Esta clara tentativa de intimidar os membros do Ministério Público do Rio, a polícia e o Poder Judiciário visa a inventar um vício de origem e tornar inválidas as provas contra o senador.

Provas que indicam que o parlamentar lavava dinheiro com os salários devolvidos de seus servidores fantasmas na Alerj.

Esta é uma reação desesperada à decisão tomada na semana passada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) de impedir a anulação, pretendida por Flávio, de toda a investigação conduzida pelo juiz Flávio Itabaiana de Oliveira Nicolau, responsável por toda a primeira fase das investigações. O ministro Felix Fischer não viu nenhuma irregularidade nas investigações.

Sem a presença do parlamentar, então em isolamento por ter contraído Covid, as advogadas apresentaram as supostas atividades irregulares de auditores da Receita contra Flávio.

OPOSIÇÃO QUER CPI DO CASO

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ)

Bolsonaro derruba Russomanno, que cai 7 pontos; Bruno Covas lidera com 23%, aponta o Datafolha

A pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (22) para prefeito de São Paulo trouxe uma novidade, aliás, duas: o candidato Celso Russomanno (Republicanos) caiu 7 pontos percentuais em relação à última pesquisa e está atrás do atual prefeito Bruno Covas (PSDB), que passa a liderar com 23%.

Bruno Covas subiu dois pontos percentuais em relação à pesquisa de 8 de outubro, passando de 21% para os 23% agora. Na

primeira pesquisa, dia 23 de setembro, ele tinha 20%. Em setembro, Russomanno aparecia com 29%, caiu para 27% em 8 de outubro e agora está com 20%.

Bruno Covas (PSDB): 23%
Celso Russomanno (Republicanos): 20%
Guilherme Boulos (PSOL): 14%
Márcio França (PSB): 10%
Arthur do Val - Mamãe Falei (Patriota): 4%
Jilmar Tatto (PT): 4%
Joice Hasselmann

(PSL): 3%
Andrea Matarazzo (PSD): 2%
Levy Fidelix (PRTB): 1%
Marina Helou (Rede): 1%
Orlando Silva (PCdoB): 1%
Vera Lúcia (PSTU): 1%
Nenhum/branco/nulo: 13%
Não sabe: 3%
Antonio Carlos Silva (PCO) e Filipe Sabará (Novo) tiveram menos de 1%.

Bolsonaro segue em sua sabotagem à luta contra a pandemia do coronavírus que já matou mais de 157 mil brasileiros

O Brasil e o mundo aguardam com ansiedade a criação de uma vacina eficaz e segura para libertar a população das garras do novo coronavírus, responsável pela morte de 157 mil brasileiros nos últimos oito meses.

Só uma pessoa destoa de tudo isso: o presidente Jair Bolsonaro.

Ele afirmou, numa entrevista à Jovem Pan, na noite de quarta-feira (21/10), que, mesmo que a Coronavac, vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a empresa chinesa Sinovac, seja aprovada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ele não vai comprá-la.

"Com a China, lamentavelmente, já existe um descrédito muito grande por parte da população, até porque, como muitos dizem, esse vírus teria nascido por lá", afirmou o presidente. A declaração não tem nenhuma base na realidade e está eivada de preconceito e de ignorância.

Pesquisas mostram que as vacinas que estão em teste no Brasil - no total são quatro - são a grande esperança da maioria da população para se livrar do vírus que segue matando cerca de 400 pessoas por dia. Mas, Bolsonaro, indiferente a todo esse sofrimento, ao se negar a comprar a vacina, segue sabotando a luta contra a Covid-19.

Não há o alegado descrédito nas vacinas como diz Bolsonaro.

Um estudo publicado pela Revista Nature, renomada revista científica britânica, revelou que 85,3% dos brasileiros estão dispostos a se vacinar contra a Covid-19 se "um imunizante comprovadamente seguro e eficaz estiver disponível".

De acordo com a pesquisa, o percentual brasileiro de aceitação é o segundo mais alto do mundo. Fica atrás apenas da China, primeiro país a controlar a pandemia, onde a aceitação chega em 88,6% da população.

O levantamento divulgado pela Nature envolveu especialistas dos Estados Unidos e da Europa que analisaram as respostas de 13,4 mil pessoas, nos 19 países mais atingidos pela Covid-19.

Nove em cada dez brasileiros adultos (88%) declararam que pretendem se vacinar quando a vacina contra a Covid-19 estiver disponível, diz uma pesquisa de agosto feita pelo Instituto Datafolha. Somente 9% não pretendem se vacinar e 3% não sabem.

Esta pesquisa do Datafolha mostra que a grande maioria da população quer e vai se vacinar contra a Covid-19 e o seu resultado põe a discussão sobre a obrigatoriedade ou não da vacinação em segundo plano. Todos querem se livrar do vírus. Muito pouca gente quer ficar de fora.

Entre as quatro vacinas que estão em teste no Brasil, o Instituto Butantan informou que a Coronavac, que está em estágio avançado, é a que mostrou maior taxa de segurança. Não houve nenhum evento adverso grave e os efeitos colaterais leves atingiram menos de 6% dos participantes dos testes que foram vacinados. Mais de 9 mil brasileiros participaram dos testes.

O governo de São Paulo afirma que pretende começar o mais rapidamente possível a vacinação... desde que Bolsonaro não atrapalhe.

Outro aspecto que demonstra que o presidente da República está politizando a questão da vacinação é o fato da vacina da multinacional AstraZeneca também não ter aprovação da Anvisa, e isso não impedir que ele tenha desembolsado até agora, em dinheiro público dos brasileiros, mais de US\$ 300 milhões (trezentos milhões de dólares) para essa multinacional, embora sua vacina tenha se mostrado mais problemática.

Quando desautorizou o ministro da Saúde, Eduardo Pazuella, na quarta-feira (21), que na véspera havia anunciado, em uma reunião com 24 governadores, a compra de 46 milhões de doses da Coronavac, Bolsonaro disse que não com-

praria vacina que não tivesse sido aprovada pela Anvisa, o órgão do ministério responsável pela análise.

"O povo não será cobaia de ninguém", disse ele. Agora, na entrevista à Jovem Pan, é muito pior, porque ele disse que, mesmo que seja aprovada a vacina contra a Covid-19, ele não vai comprar. Ou seja, ele afirmou que vai sabotar abertamente a luta contra o coronavírus.

A humilhação que ele fez com Pazuella - e a reação do general - causou indignação no Exército. O General Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência, foi um dos que criticaram duramente o presidente. Na sexta-feira (23), através de seu Twitter, ele comentou a fala do ministro Pazuella sobre obediência a Bolsonaro no episódio que envolveu a desautorização do presidente à compra da vacina Butantan/Sinovac.

"HIERARQUIA E DISCIPLINA, na vida militar e civil, são princípios nobres. Não significam subserviência e nem podem ser resumidos a uma coisa "simples assim, como um manda e o outro obedece" ... como mandar varrer a entrada do quartel", escreveu o general.

Mesmo com vários especialistas alertando que a politização da vacina é uma atitude irresponsável e que pode causar muitos males à população, Bolsonaro insiste com seus preconceitos descabidos.

"A (vacina) da China nós não compraremos, é decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população. Esse é o pensamento nosso. Tenho certeza que outras vacinas que estão em estudo poderão ser comprovadas cientificamente, não sei quando, pode durar anos", afirmou.

O professor Eduardo Costa, da Fundação Oswaldo Cruz e ex-Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola, afirmou, em artigo publicado no último dia 19 no HP, que o projeto da vacina do Butantan em parceria com a empresa chinesa Sinovac "é nossa esperança imediata".

"A dúvida técnica é a duração da imunidade. Mas na situação de hoje, mesmo que seja curta, de dois anos, digamos, já será muito importante para proteger os mais velhos, e que apresentem comorbidades, e para o uso em contenção de surtos localizados, detectados pela vigilância epidemiológica", disse Costa.

Bolsonaro não é só contra a vacina da Covid-19. Ele foi também contra o uso de máscaras, contra o distanciamento, promoveu aglomerações, demitiu ministros que não quiseram alimentar ilusões na cloroquina e reteve recursos públicos para combater a pandemia. Agora ele segue em sua cruzada em favor do vírus.

"O Programa de Imunização cabe ao Ministério da Saúde. Eu não tomo a vacina, não interessa se tem uma ordem, seja de quem for, aqui no Brasil para tomar a vacina, eu não vou tomar a vacina", insistiu.

Autoridades de Saúde Pública condenam essas atitudes de Bolsonaro e imputam a ele grande responsabilidade pela tragédia que se abateu no Brasil.

Logo após atacar a vacina, ele voltou a minimizar a gravidade da pandemia e quer relaxar ainda mais as medidas de proteção. Disse que o número de casos pelo novo coronavírus está diminuindo e que "a pandemia está praticamente indo embora". Com sua teimosia e desprezo pela ciência e pela esperança da população na vacina, Bolsonaro disse que ela [a vacina] só virá em dois ou três anos.

"Tem caído o número, ou seja, a sinalização no Brasil é de que a pandemia praticamente está indo embora. Pode, quando aparecer a vacina daqui há um ano, dois, ou três, não será necessária essa vacinação em massa porque outras doenças, até outros tipos de gripe, talvez, lá na frente, esteja até levando a óbito mais gente", analisou.

S. C.

85% dos brasileiros querem se vacinar contra o coronavírus

Levantamento da Revista Nature mostrou que Brasil é o segundo país com maior confiança na vacina

Estudo publicado pela Revista Nature revelou que 85,3% dos brasileiros estão dispostos a se vacinar contra a Covid-19 se “um imunizante comprovadamente seguro e eficaz estiver disponível”.

De acordo com a pesquisa, o percentual brasileiro de aceitação é o segundo mais alto do mundo. Fica atrás apenas da China, primeiro país a controlar a pandemia, onde a aceitação chega em 88,6% da população.

O levantamento divulgado pela Nature envolveu especialistas dos Estados Unidos e da Europa que analisaram as respostas de 13,4 mil pessoas, nos 19 países mais atingidos pela Covid-19.

Para a Sociedade Brasileira de Imunizações, o apoio da população brasileira é fruto de um intenso trabalho de vacinação realizado ao longo dos anos. O país é referência mundial em cobertura vacinal.

“Esse percentual do Brasil não é uma surpresa. Vários outros estudos já mostraram a mesma coisa”, afirmou Isabella Ballalai, vice-presidente da entidade. “O brasileiro confia em vacina, entende que a vacinação é importante”.

Segundo os pesquisadores, o objetivo era descobrir qual seria a potencial hesitação global diante de uma vacina. Os números gerais mostram que 72% do total de entrevistados aceitariam o imunizante. Os demais 28% daqueles envolvidos na pesquisa ou recusariam, ou teriam dúvidas em tomar a vacina.

O percentual mais baixo de resposta positiva para a vacina foi detectado na Rússia: 55%. Nos EUA, 76% dos entrevistados afirmaram que tomariam o imunizante, índice muito inferior ao brasileiro.

Para os especialistas, esse percentual global de hesitação é alto diante de uma emergência global de saúde do porte da covid-19. Sobretudo, se o percentual de proteção oferecido pela vacina for baixo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem hoje mais de 100 potenciais vacinas contra a Covid-19 em desenvolvimento em todo o mundo. Dentre elas está a CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan.

“Será uma tragédia se conseguirmos desenvolver uma vacina segura e eficiente e as pessoas se recusarem a tomá-la. Precisamos desenvolver um esforço robusto e sustentado para lidar com essa hesitação em relação à vacina e restaurar a confiança do público no benefício das imunizações para as famílias e as comunidades”, alertou Scott C. Ratzan, co-autor do estudo, da Escola de Saúde Pública e Políticas Públicas da Universidade de Nova York.

“Nossas descobertas são consistentes com pesquisas recentes nos Estados Unidos, que mostram uma redução da confiança do

público em uma vacina contra a Covid-19”, acrescentou.

COBERTURA VACINAL

Um dos coordenadores do estudo, Ayman El-Mohandes, da Escola de Saúde Pública e Políticas de Saúde da Universidade de Nova York, defendeu a necessidade de “aumentar a confiança na vacina”. Ele também afirmou ser necessário expandir a “compreensão das pessoas sobre o quanto um imunizante pode controlar a disseminação da covid-19 em suas famílias e suas comunidades”.

No Brasil, dados recentes de baixa cobertura vacinal no País teriam outras explicações. “Só a confiança no imunizante não faz a pessoa se vacinar. Ela precisa ser informada, ter acesso, ser lembrada. Esses são os fatores principais quando falamos em baixa cobertura na América Latina”, explicou Isabella.

“Agora, se continuarmos com essa guerra política, essa desinformação, a vacina de um país contra a vacina de outro país, isso tudo que está acontecendo, leva à desconfiança sobre a vacina. É fundamental que a população tenha confiança nas autoridades públicas, elas não podem estar brigando”.

DISPUTA

O resultado da pesquisa foi divulgado um dia após Bolsonaro afirmar que um futuro imunizante contra a doença não será obrigatório no País e entrar numa briga descabida com o governador João Doria (PSDB) e a vacina produzida em São Paulo pelo Instituto Butantan, em parceria com o laboratório chinês, Sinovac, a Coronavac.

Essa vacina é a mais avançada no país, os resultados dos testes clínicos já foram entregues e, segundo o governo paulista, a previsão é de que em dezembro, os resultados quanto à resposta do imunizante sejam entregues à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Colocando a vida dos brasileiros em risco por uma disputa política desumana, em meio a pandemia da covid-19, Bolsonaro descartou comprar a Coronavac desautorizando assim, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello que horas antes havia confirmado a compra da vacina pelo Ministério.

Além disso, Bolsonaro age contra a imunização em massa quando diz que a vacinação não será obrigatória. Como demonstra o estudo publicado pela Nature, a ampla maioria dos brasileiros quer tomar a vacina que for aprovada pelos órgãos competentes no Brasil, como a Anvisa que já aprovou a compra de 6 milhões de doses da Coronavac.

Portanto, não existe no país uma polêmica quanto à necessidade e os benefícios de uma vacina contra a doença. Bolsonaro age colocando em dúvida a eficácia da vacina, polarizando contra a possibilidade real de salvar milhões de vidas.

MAÍRA CAMPOS

Após reação, governo diz que liberará recursos para combate às queimadas

O anúncio pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) da suspensão das brigadas de combate aos incêndios florestais por falta de recursos foi duramente criticado por entidades, ambientalistas e congressistas.

Nesta sexta-feira, o governo recuou e disse que liberará R\$ 30 milhões para recompor as equipes. O anúncio aconteceu após o vice-presidente, Hamilton Mourão, dizer que o governo iria liberar os recursos para a retomada das atividades das brigadas de incêndios florestais em todo o país.

O desmonte das brigadas de combate ao fogo tem graves consequências. Numa situação em que o governo federal incentiva a grilagem de terra e o desmatamento, o Brasil vive atualmente as piores queimadas registradas nas últimas décadas nos biomas do Pantanal, Cerrado e Amazônia.

Sem a atuação dessas equipes para barrá-las, a destruição das florestas pode atingir os piores patamares da história.

Na quarta-feira (21), o Ibama havia determinado por meio de ofício que as brigadas de incêndios florestais interrompessem os trabalhos em todo o país. O

órgão apontou “indisponibilidade financeira” para fechar o mês de outubro.

Segundo o Ibama, a decisão foi motivada pela falta de recursos financeiros para o pagamento de despesas do órgão. A falta de verbas foi detalhada em documento interno assinado pelo Diretor de Planejamento, Administração e Logística do órgão, Luis Carlos Hiromi Nagao. “Considerando que as tratativas com os órgãos superiores para solução do problema ainda não surtiram efeito, comunico a indisponibilidade de recursos financeiros para fechamento do mês corrente, não sendo possível prosseguir com os pagamentos das despesas desta Autarquia”, diz o ofício.

CRISE

A ordem para o retorno às bases do Ibama acontece em meio a uma das maiores crises ambientais da história do país. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram um aumento no número de queimadas na Amazônia de 25% entre 1º de janeiro e 20 de setembro deste ano em relação ao mesmo período no ano passado. Só neste ano, já foram registrados mais de 89 mil focos de incêndio na região, maior número desde 2010.



“O brasileiro confia em vacina, entende que a vacinação é importante”, considerou a vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações

Primeiras doses da CoronaVac liberadas pela Anvisa chegam na próxima semana, informou João Doria

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta segunda-feira (26), que as primeiras 6 milhões de doses da vacina CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com Instituto Butantan, chegarão ao Brasil “no mais tardar” até a próxima segunda-feira, em voo especial.

O acordo do Butantan com a Sinovac prevê a aquisição este mês de seis milhões de doses já embaladas da vacina, além da produção, até dezembro, de outros 40 milhões de doses do imunizante no Brasil. Para esta segunda fase, no entanto, o instituto depende da liberação de importação de insumos da China, o que ainda não foi autorizado pela Anvisa.

“Os primeiros seis milhões de doses chegarão até segunda em voo a São Paulo. Os outros 40 milhões de doses serão produzidos a partir de insumos que ainda esperam manifestação da Anvisa, para que o Butantan possa (ter os insumos e) produzir a vacina”, explicou Doria.

O governo do Estado de São Paulo aguarda ainda a conclusão dos testes clínicos e autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para início da aplicação do imunizante na população.

Bolsonaro tem feito da vacina terreno de disputa com o governo do Estado de São Paulo. Na última semana, Bolsonaro desautorizou a intenção de compra assinada pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para uso da vacina pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Doria, é a terceira vez que em “um ato condenável” o presidente desautoriza o ministro da



Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o governador de SP, durante coletiva

Saúde.

De acordo com Doria, é “inacreditável” que o presidente do país não torça pela salvação e vida dos brasileiros. “Parece até que torce pelo contrário, porque, se torcesse a favor, torceria por todas as vacinas que, de maneira eficaz e mediante aprovação da Anvisa, pudessem ser aplicadas aos brasileiros”, disse o governador. “Essa é a visão que se esperaria de um líder no Brasil”, afirmou.

PACTO FEDERATIVO

Doria ainda sugeriu um encontro de Bolsonaro com os governadores e prefeitos para tratar do assunto. “Se o senhor presidente Bolsonaro falou tantas e tantas vezes que acredita no sistema federativo e quer manter o sistema federativo, convida os governadores para um encontro, cuja pauta seja exatamente a preservação da saúde e da vida dos brasileiros”, disse Doria.

O governador de São Paulo disse lamentar que o presidente Bolsonaro “volte a dar o mau exemplo” ao não utilizar máscaras, promovendo aglomerações e sem dirigir palavras de solidariedade às vítimas da Covid-19. “São

500 pessoas que morrem todos os dias. Não vejo o presidente manifestar solidariedade aos familiares dessas pessoas que perdem entes queridos”, afirmou o governador tucano.

A liberação da importação da matéria-prima para produção da Coronavac no Brasil foi alvo de polêmica na semana passada, depois que o Butantan denunciou que a Anvisa estava com análises relacionadas ao imunizante atrasada. Além de nota emitida pelo órgão paulista, o diretor-geral do instituto, Dimas Covas, afirmou que esse atraso poderia impactar na produção da vacina e nos prazos de imunização se a vacina se mostrar eficaz. A Anvisa prometeu decisão sobre o tema em até cinco dias úteis, prazo que vence nesta semana.

A liberação da importação de doses e insumos é parte importante do caminho, pois para a conclusão dos estudos e posterior submissão do registro na Anvisa, o Instituto Butantan precisa apresentar dados que comprovem a eficácia da vacina.



Candidata Manuela D'Ávila (PCdoB)

Manuela lidera e venceria adversários no 2º turno, aponta Instituto Methodus

Pesquisa eleitoral divulgada na divulgação na sexta-feira (23) apontou a candidata Manuela D'Ávila na primeira colocação da disputa pela Prefeitura de Porto Alegre com 24,9% das intenções de voto.

De acordo com o levantamento do Instituto Methodus, realizado a pedido do Correo do Povo, Manuela vence também em todas as simulações de segundo turno.

Segundo o instituto, no cenário estimulado Manuela é seguida por José Fortunati (PTB): 14,2%; Sebastião Melo (MDB): 10,5% e Nelson Marchezan Jr (PSDB): 9,5%.

A candidata do PDT, Juliana Brizola, aparece com 4,8%. Ela é seguida por: Fernanda Melchionna (PSOL): 2,1%; João Derly (Republicanos): 1,8%; Gustavo Paim (PP): 1,4%; Valtter Nagelstein (PSD): 1,1%; Júlio Flores (PSTU): 0,4%; Rodrigo Maroni (Pros): 0,4%; Montserrat Martins (PV): 0,1% e Luiz Delvair (PCO): 0,0%.

A pesquisa simulou três cenários de uma possível disputa de segundo turno na eleição. Em todos Manuela aparece na frente dos demais candidatos apresentados.

Manuela x Fortunati

Manuela D'Ávila (PCdoB): 39,9%
José Fortunati (PTB): 31,4%
Branco/Nulo: 22,3%
Não sabe: 6,4%

Manuela x Melo

Manuela D'Ávila (PCdoB): 41,7%
Sebastião Melo (MDB): 30,4%
Branco/Nulo: 20,1%
Não sabe: 7,8%

Manuela x Marchezan

Manuela D'Ávila (PCdoB): 41,9%
Nelson Marchezan (PSDB): 23,8%
Branco/Nulo: 27,3%
Não sabe: 7,0%

Candidata anuncia que irá recorrer contra censura a evento de Caetano Veloso

As defesas da candidata Manuela D'Ávila e da coligação Movimento Muda Porto Alegre (PCdoB/PT) ingressaram, no sábado (24) com recurso especial no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação à decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) que proibiu a realização de show virtual de Caetano Veloso a favor da candidatura de Manuela.

Mesmo com o parecer favorável do Ministério Público Eleitoral, o TRE-RS considerou, por 4 votos a 3, que a live configura showmício, o que é proibido pela legislação.

A decisão do TRE-RS atendeu ao pedido do candidato do PP à Prefeitura da capital gaúcha, Gustavo Paim. O evento estava marcado para o dia 7 de novembro, com ingressos ao custo de R\$ 30.

Durante a votação, houve empate com três votos contrários e outros três favoráveis à realização do evento online. Por isso, o presidente do TRE-RS, desembargador André Villarinho, desempatou.

Para o magistrado, a apresentação de Caetano Veloso desequilibra a disputa já que ele é muito famoso e outros candidatos não teriam apoios tão relevantes no meio artístico.

Como o apoio de artistas não é proibido por lei, que pelo contrário, garante o direito de expressão política, inclusive, para famosos, Villarinho então enquadrar a realização do show para arrecadar recursos para campanha como showmício, o que é vetado por lei.

“Nem mesmo a pandemia que nos assola tem força suficiente para alterar esse quadro fático. O evento, ao meu sentir, de cunho arrecadatório em benefício à campanha eleitoral dos candidatos Manuela D'Ávila, em Porto Alegre, e Guilherme Boulos, em São Paulo, assim anunciado pelo próprio renomado cantor em vídeo divulgado por ele, em rede social, caracteriza o que a lei busca vetar e, sem dúvida, desequilibra forças em disputa, na medida que outros candidatos não obtêm recursos na mesma proporção e natureza”, afirmou André Villarinho, presidente do TRE-RS, em voto de desempate.

PARTICIPAÇÃO

Favorável ao evento, o desembargador eleitoral Silvío Moraes observou que o evento “vai ao encontro das condições sanitárias e fomenta a participação de mais pessoas no financiamento público de campanha”, já que está vetada a doação por empresas. Ele salientou que a restrição do evento só pode ocorrer com “esteio legal, sob pena de descabida interferência da Justiça Eleitoral”.

Na mesma linha de Moraes, o desembargador eleitoral e relator Thompson Flores salientou que o evento não contaria com a presença dos candidatos e que haveria cobrança de ingresso. “É um meio lícito de angariar recursos para as campanhas eleitorais, cujos aportes financeiros são apenas franqueados às pessoas físicas”, pontuou.

LIBERDADE

Caetano se manifestou contra a decisão do TRE-RS e ressaltou seu direito de liberdade de expressão, política e de apoiar os candidatos que quiser, bem como realizar eventos para ajudá-los a angariar fundos para suas campanhas. O artista também salientou que a promoção de eventos para gerar recursos às campanhas eleitorais está dentro da lei.

Datafolha mostra Paes à frente e Crivella empatado com Martha Rocha na segunda colocação no Rio

O ex-prefeito Eduardo Paes (DEM) lidera a corrida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, segundo pesquisa do instituto Datafolha divulgada nesta quinta-feira (22) para as eleições municipais de 2020, com 28% das intenções de voto.

Enquanto isso, o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) e a deputada estadual Martha Rocha (PDT), disputam a segunda vaga para a última etapa do pleito.

Em terceiro lugar está a deputada federal Benedita da Silva (PT), com 10%. Considerando a margem de erro de três pontos para mais ou para menos, Crivella, Martha Rocha e Benedita estão empatados tecnicamente em segundo lugar.

Renata Souza (PSOL), com 5%; Luiz Lima (PSL), com 4%; e Bandeira de Mello (Rede), com 3% aparecem na sequência.

O levantamento foi encomendado pelo jornal Folha de S. Paulo e pela TV Globo.

Em relação ao levantamento anterior realizado pelo Datafolha, em 8 de outubro,

Eduardo Paes foi de 30% para 28%, Crivella foi de 14% para 13%, Martha Rocha foi de 10% para 13%, Benedita da Silva foi de 8% para 10% e Renata Souza foi de 3% para 5%.

Depois deles, Luiz Lima foi de 1% para 4%, Bandeira de Mello se manteve com 3%, Cyro Garcia foi de 2% para 1%, Clarissa Garotinho se manteve com 1%, Fred Luz se manteve com 1%, Glória Heloiza foi de 0% para 1%, Paulo Messina foi de 1% para 0%, Suêd Haidar se manteve com 0%, Henrique Simonard tinha 0% e não foi citado na segunda pesquisa. Os indecisos se mantiveram em 3%, e os brancos ou nulos foram de 22% para 17%.

SEGUNDO TURNO

O Datafolha simulou três possíveis cenários para o segundo turno, com Eduardo Paes enfrentando cada um dos candidatos que estão empatados tecnicamente após ele na pesquisa.

Quando Eduardo Paes enfrenta Marcelo Crivella, ele ganharia com 52% dos votos,

enquanto o atual prefeito angariaria apenas 22%. Neste cenário, brancos e nulos representariam 25% e 2% não opinaram.

Já quando, Martha Rocha vai para o enfrentamento com Eduardo Paes, a candidata do PDT ganharia com 45% dos votos, enquanto o ex-prefeito ficaria com 41% do eleitorado carioca. Neste cenário, brancos e nulos representariam 13%, enquanto apenas 1% não opinou.

Segundo o Datafolha, se Benedita da Silva (PT) chegar ao segundo turno, Eduardo Paes venceria o pleito com 48% dos votos, enquanto a atual deputada teria 30%. Neste cenário, brancos e nulos representariam 21% e não responderam 1%.

O Datafolha também perguntou em quem os eleitores não votariam de jeito nenhum. O mais rejeitado pelos cariocas, segundo a pesquisa foi Marcelo Crivella com 58%, seguido por Eduardo Paes com 31%, Benedita da Silva com 27%. Martha Rocha tem 7% de rejeição segundo a avaliação.

Parlamentares pedem que STF suspenda reforma administrativa



Geraldo Magela/Agência Senado

“Não concordo com a punição contra Carol Solberg”, afirma a senadora e ex-atleta Leila Barros

A senadora Leila Barros (PSB-DF) manifestou sua discordância com a decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) que puniu a jogadora de vôlei, Carol Solberg, por ter gritado “Fora Bolsonaro” durante uma entrevista após partida em Saquarema (RJ), no dia 20 de setembro. A punição foi uma multa de R\$ 1.000, convertida em advertência.

Leila Barros foi medalhista olímpica de bronze com a seleção feminina de vôlei em Atlanta (1996) e em Sydney (2000), além de secretária de Esportes e Lazer do Distrito Federal.

“Não concordo com a punição, mesmo que tenha sido revertida para uma advertência. O país inteiro assistiu a atletas do vôlei fazendo campanha para o mesmo governo que foi criticado pela Carol Solberg”, disse a senadora.

Para a parlamentar “está na hora de o esporte brasileiro se aprofundar sobre este tema e debater um mecanismo que estabeleça um equilíbrio”.

O presidente da comissão do STJD que julgou Carol Solberg, o advogado Otacílio Soares de Araújo, disse que a advertência seria um “puxão de orelha”.

“O atleta tem que saber que é o grande artista do espetáculo e que tem certas horas em que você não pode falar coisas dentro da quadra de jogo. Dentro da quadra de jogo é errado, senão daqui a pouco vira moda”, afirmou.

No entanto, em 2018, os jogadores da seleção masculina de vôlei, Mauricio e Wallace, não manifestaram seu apoio ao então candidato, Jair Bolsonaro. Diferentemente do caso de Carol, os atletas declararam apoio em momento de disputa eleitoral. Curiosamente, estes não receberam nenhum “puxão de orelha”, e menos ainda foram ameaçados a ficar de fora de competições, como defendeu Otacílio no caso de Carol.

Esse não foi o único caso de atletas que declararam apoio a Bolsonaro e que não sofreram qualquer represália por parte da Justiça Desportiva. Outro a declarar apoio a Bolsonaro, enquanto candidato, foi o volante do Palmeiras, Felipe Melo, que em setembro de 2018, declarou apoio a Bolsonaro no final da partida entre o Bahia e o time paulistano.

Em nenhum destes casos o Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), ou qualquer outro órgão desportivo, pediu que os atletas fossem punidos.

CENSURA

Em entrevista ao programa do Fábio Porchat, na segunda-feira (19), pelo canal GNT, Carol disse que vai recorrer da decisão do STJD e que se sentiu censurada. Carol defendeu que, assim como qualquer outro cidadão “comum”, os atletas têm que ter respeitado seu direito de se expressar, esse sendo um direito inegociável.

“O atleta tem que poder falar sobre o que ele quiser, essa é minha opinião. A partir do momento em que alguém fala para você o que você pode ou não pode falar isso, para mim é censura. Não tem como ficar negociando muito isso, ‘só posso falar até aqui ou até ali’”, afirmou.



Divulgação

Militares e pensionistas fazem ato contra Bolsonaro em Brasília

Militares da reserva e pensionistas das Forças Armadas fizeram três dias de protestos em Brasília contra Bolsonaro na última semana, organizados por associações representativas de pensionistas e de praças da reserva.

Os manifestantes denunciaram os cortes feitos nos valores dos adicionais de disponibilidade (ganho pelo fato de o militar ser obrigado a ficar completamente disponível para a força) e de habilitação (recebido de acordo com os cursos feitos por cada um), contidos na reforma da Previdência dos militares (Lei 1.645/19), aprovada em dezembro do ano passado.

Outra crítica é em relação à reestruturação das carreiras e de reforma do Sistema de Proteção Social. Conforme os militares, o governo descumpriu um acordo feito no ano passado no Senado prevendo a criação de uma comissão para alterar pontos das leis

que afetavam a categoria, como a cobrança de contribuição dos pensionistas de militares. “Bolsonaro, traidor. Abandonou quem sempre te apoiou”, gritavam os manifestantes.

“Esperamos uma posição de Bolsonaro. Afinal, foram esses militares que por muito tempo atuaram como cabos eleitorais do presidente e agora estão arrependidos”, criticou Wagner Coelho, suboficial e um dos organizadores do ato.

Também suboficial da reserva e advogado, Davi da Silva Lopes disse que Bolsonaro é o primeiro presidente que separa os militares da ativa e da reserva. “A competência de legislar, de ter iniciativa para as Forças Armadas, é do senhor. Então, não vou cobrar dos comandantes militares, o senhor é o responsável. Nós votamos no senhor. Tome providências”, afirmou.



Valter Campanato/Agência Brasil

Reforma acaba com estabilidade dos servidores, além de outros direitos



Diego Vara/Agência Brasil

Previsão orçamentária do próximo ano exclui verba emergencial deste ano

Frente parlamentar atua para impedir corte de R\$ 40 bilhões do SUS em 2021

Deputados federais e senadores criaram a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, com o objetivo de ampliar os recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir o atendimento à população, especialmente no período pós-pandemia

A Frente, que congrega mais de 200 parlamentares, foi proposta pelo vice-líder do PCdoB na Câmara, deputado Márcio Jerry (MA), e pelo senador Weverton Rocha (MA), líder do PDT no Congresso. A criação da Frente teve o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e reúne parlamentares de 23 partidos.

Conforme dados do Conselho Nacional de Saúde, em 2021, como o orçamento emergencial para a pandemia não existirá mais, o SUS perderá cerca de R\$ 40 bilhões em comparação aos recursos do Ministério da Saúde em 2020. Isto porque, como prevê o Pro-

jeito de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021 da União, enviado ao Congresso Nacional, a proposta retoma as regras da EC 95/2016, que congelou investimentos em saúde e demais áreas sociais até 2036.

“A perda prevista para 2021 deve interferir de forma drástica em inúmeras ações do SUS, visto que haverá demanda reprimida diante da pandemia, além da ausência de recurso para manutenção do legado adquirido, que pode resultar em milhares de respiradores e leitos de UTI inutilizados em depósitos”, diz a entidade.

“O primeiro esforço concentrado da Frente SUS é a ação, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, em defesa de mais recursos para a saúde. Não podemos aceitar, como quer o governo Bolsonaro, reduções de recursos”, afirmou o deputado Márcio Jerry, que presidirá a Frente.

Segundo Jerry e o senador Weverton Rocha, que será o vice-presidente da Frente, “o SUS recebeu o merecido reconhecimento mundial durante a pandemia, mas sempre foi um modelo de excelência com pouco apoio, o que reacende a necessidade de aprofundar verbas de forma permanente”. Para o senador, é preciso “defender o SUS e garantir financiamento para que toda a população possa ser atendida”.

Para o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE), um dos parlamentares que assinou a lista para criação da Frente, “a pandemia mudou a percepção de muitas pessoas em relação ao SUS e mesmo com tantas dificuldades, o Sistema conseguiu salvar vidas”. “Os profissionais estão lutando diariamente ainda para enfrentar essa doença e o nosso papel é buscar investimentos e valorizar o trabalho que eles estão realizando”, destacou Patriota.

Para Fena, privatização de subsidiária da Caixa é dilapidação do patrimônio nacional

Após o anúncio feito pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de que planeja privatizar o braço digital da Caixa Econômica Federal nos próximos seis meses, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fena) repudiou a fala do ministro.

“Querem entregar para o mercado algo que ainda nem existe e que deveria ser mantido nas mãos do país, em benefício principalmente da população mais carente”, afirmou o presidente da entidade, Sérgio Takemoto.

O braço digital da Caixa a que se referiu o ministro é a transformação do Caixa Tem, aplicativo criado pelo banco, que digitalizou e operacionalizou a distribuição do Auxílio Emergencial e outros benefícios sociais para milhões de brasileiros durante a pande-

mia, no Banco Digital da Caixa.

Em uma live para investidores na terça-feira (20), o ministro afirmou que, “na pandemia, digitalizamos 64 milhões de pessoas. Quanto vale um banco com 64 milhões de pessoas que foram bancarizadas pela primeira vez e serão leais pelo resto da vida? Estamos planejando um IPO [oferta pública inicial de ações] deste banco digital nos próximos seis meses”.

Para Takemoto, diante da fala do ministro, o que se pode pensar é que o governo está mais preocupado “em garantir lucro à iniciativa privada do que à nação”. “É inacreditável como este governo funciona. Se o próprio ministro afirma que o banco digital será muito rentável, para que vendê-lo, então?”, questiona.

A transformação desse braço digital em um Ban-

co Digital, que passaria a ser uma subsidiária da Caixa, abre espaço para o que vem sendo praticado desde o início do governo Bolsonaro: a privatização das estatais em fatias, já que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que as chamadas “empresas-mãe” não podem ser vendidas sem antes serem analisadas pelo Congresso Nacional, mas subsidiárias sim.

A MP 995, editada pelo governo em agosto, abre mais brechas ainda para a entrega dessas subsidiárias sem o aval do Congresso.

“Estão dilapidando o patrimônio nacional. Querem fazer isso com a Caixa, Eletrobras, Petrobras, Correios, BNDES e tantas outras empresas que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país”, afirma Sérgio Takemoto.

Governo não divulgou dados que subsidiam o projeto, denuncia a Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a suspensão imediata da tramitação da reforma administrativa (PEC 32/2020).

Os parlamentares denunciam a imposição de sigilo nos documentos que subsidiam o projeto por parte do governo, o que impede a análise da proposta por falta de informações técnicas.

No mandado de segurança deputados e senadores argumentam que “à evidência, não se pode deliberar adequadamente sobre aquilo que não se conhece. Ainda mais considerando a relevância da reforma”. “Esse posicionamento causa estranheza frente às diversas manifestações da possível economia da PEC poderia gerar”, afirmam.

A assessora jurídica do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) e uma das redatoras do pedido de liminar, Larissa Benevides, afirma que, sem esses dados, a proposta não pode ser votada. “Haverá viola-

ção ao devido processo legislativo caso se dê seguimento à tramitação da PEC 32/2020 sem que todos os documentos que embasaram a proposta estejam disponíveis para análise dos parlamentares”, explicou.

No mesmo dia que a proposta de “reforma” ao Congresso Nacional foi apresentada pelo governo Bolsonaro, alterando disposições constitucionais sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, o jornal O GLOBO solicitou a disponibilização dos dados que a embasaram, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Contudo, o pedido foi negado pelo Ministério da Economia com o argumento de que esses documentos não serão divulgados enquanto a proposta estiver sob análise do Congresso Nacional.

Os parlamentares denunciam que com a recusa de divulgação de tais dados, o governo federal fere “justamente a prerrogativa constitucional de debater, questionar e aperfeiçoar as propostas de alteração do texto constitucional”.



“Querem rasgar a Constituição”, disse Lupi ‘PDT vai votar contra o projeto’, afirma presidente do partido

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, em transmissão ao vivo com Ciro Gomes, vice-presidente nacional da legenda, se manifestou contra a proposta de reforma administrativa enviada ao Congresso Nacional pelo governo Bolsonaro.

Lupi denunciou que Bolsonaro e seus compadres “querem rasgar a Constituição brasileira”. “O PDT vai votar contra. Nós não vamos aceitar a retirada de nenhum direito”, disse Lupi.

O debate sobre a reforma administrativa tem como uma das principais questões a estabilidade do servidor público, pensada na Constituição Federal como forma de evitar que as estruturas do Poder Público fossem sequestradas por interesses dos governos. Com isso, assegura-se que o servidor tenha relação com a instituição pública, um agente do Estado.

Para isso, o Artigo 41 da Constituição Federal assegura que “são estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público. § 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa”.

“Sem essa garantia, o interesse estatal ficaria em segundo plano, prevalecendo a vontade do mandatário que teria o poder de destituir o servidor que não com-

pactua de seu ideário, por exemplo”, disse o PDT em nota divulgada em seu site.

Os pedetistas enfatizam ainda que os serviços públicos não são o “obabo-ba” propagado por Paulo Guedes e demais liberais sem compromisso público. Métricas de avaliação de desempenho e sistema de progressão de carreira existem para balizar o servidor. Quem não atende aos requisitos não progride. Se esse instrumento tem sido aplicado com eficácia, sim, é um debate válido”.

O PDT defende que é necessário encarar os serviços públicos por outro prisma, garantindo melhores condições de trabalho para o funcionalismo e sua valorização, pois são estes que “influenciam diretamente a eficiência da máquina estatal”.

“Assim como a diplomacia, a área de Educação e a área de Saúde toda deveriam ser carreiras de Estado. Dedicado exclusiva e bem paga. Por quê? Nós precisamos de um tratamento especial para aquilo que é essencial. O futuro é a educação e o presente é a saúde”, defendeu Lupi.

“O assunto precisa de atenção compromissada com o aperfeiçoamento do serviço estatal e da democracia. O que Bolsonaro propõe é o oposto, uma maneira de dobrar a máquina pública ao desejo pessoal, à tirania. E nada que corrói o Estado interessa ao PDT”, completa nota do partido.



Reprodução

“Retirada dos EUA é erro grave”, diz Putin “Ao sair do tratado INF de armas nucleares, EUA ataca a corrida armamentista”, afirma Putin

“Consideramos a retirada dos Estados Unidos do Tratado INF, que trouxe como resultado seu encerramento, um erro grave que aumenta os riscos de desencadear uma corrida armamentista de mísseis, intensificando o potencial de confronto e escorregando para uma escalada incontrolável”, afirmou o presidente da Rússia, Vladimir Putin, em declaração emitida pela imprensa do Kremlin.

Para o presidente russo, “dada a tensão implacável entre a Rússia e a OTAN, novas ameaças à segurança europeia estão se tornando evidentes”.

“O tratado desempenhou um papel especial na manutenção da previsibilidade e contenção na área dos mísseis no espaço europeu”, sublinha a declaração. “Nestas condições são requeridos intensos esforços para reduzir a falta de confiança, fortalecer a estabilidade regional e global, bem como promover a diminuição dos riscos decorrentes de mal-entendidos e divergências na área dos mísseis”, alerta Putin, acrescentando que, tendo em conta as tensões entre a OTAN e a Rússia, são evidentes as novas ameaças à segurança geral europeia.

Ele garantiu ainda que Moscou está pronta, de sua livre vontade, para não instalar mísseis 9M729 na parte europeia da Rússia, mas somente na condição de haver ações semelhantes por parte da OTAN.

“Permanecendo comprometida com a posição consistente sobre a conformidade total do míssil 9M729 com os requisitos do Tratado INF, que deixa agora de vigorar, a Federação da Rússia, no entanto, está preparada, no espírito de boa-fé, para não instalar mísseis 9M729 na parte europeia do país, mas apenas na condição de haver medidas semelhantes dos países-membros da OTAN excluindo a implementação na Europa de armas anteriormente proibidas pelo Tratado INF”, conclui o comunicado.

Os EUA abandonaram definitivamente o Tratado INF sobre a eliminação dos mísseis balísticos e de cruzeiro nucleares ou convencionais de alcance intermediário em agosto de 2019. Três semanas apenas após ter tomado esta medida, os EUA realizaram um teste com mísseis que estavam proibidos pelo documento, o que significa que desenvolveram esse armamento ainda durante a vigência do tratado.

O presidente russo também lembrou que Moscou foi obrigada a desenvolver armas hipersônicas após a retirada dos EUA do Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM).

Acesse esta matéria na íntegra pelo link: www.horadopovo.com.br

Franceses saem às ruas para condenar degola de professor e a segregação nos subúrbios

O assassinato e decapitação de um professor que exibira em uma aula as charges do profeta Maomé do jornal Charlie Hebdo, ofensivas para os muçulmanos no mundo inteiro, causou comoção na França, com milhares de pessoas em Paris e em outras cidades repudiando no domingo (18) o bárbaro crime, assim como partidos, sindicatos e o governo Macron.

Na quarta-feira (21), se realizou uma homenagem nacional à vítima, Samuel Paty, 47, encabeçada pelo governo francês e pela família. Ele foi morto a facadas na sexta-feira após deixar por volta de 17 horas a escola Bois d'Aulne onde lecionava, em Conflans-Sainte-Honorine, Yvelines, pequena cidade de 35 mil habitantes a 44 quilômetros a noroeste de Paris.

Em seguida, foi degolado. O presidente francês visitou o local do atentado na noite de sexta e apelou à “união diante do obscurantismo”.

O assassino, um jovem de 18 anos, filho de refugiados chechenos que chegaram à França em 2008 quando ele tinha seis anos, foi morto a tiros pela polícia em uma cidade vizinha, para onde fugira a pé.

Ele foi identificado como Abdullah Anzorov, com visto de permanência até 2030, emitido há seis meses. Morava com a família em outra cidade, Evreux, e viajou quase 100 quilômetros para chegar até a escola de Paty.

Após o crime, ele postou no Twitter a foto da degola e uma mensagem dirigida a Macron, o “chefe dos infiéis”, anunciando ter morto “um cão do inferno que havia menosprezado Maomé”.

O ataque foi desencadeado após redes sociais divulgarem uma semana antes vídeos de denúncia contra o professor, por exibir as charges do Charlie Hebdo em aula, depois de

mandar, quem não quisesse ver, sair da sala.

O pai de uma aluna foi à escola pedir a demissão do professor por racismo e ameaçou fazer manifestações na porta. Também apresentou queixa em uma delegacia, com Paty tendo negado tudo. Nenhuma providência foi tomada em relação à segurança do professor.

Há a acusação de que foi o “linchamento do professor nas redes sociais” que abriu espaço ao crime. Em um país onde muitos já foram guilhotinados, uma degola em pleno século XXI causa perplexidade: “aqui é a França, não Cabul”, bradaram manifestantes em Paris.

ISLAMOFOBIA

O governo anunciou que poderá tornar mais rígida a chamada lei contra o separatismo, que tem como alvo comunidades muçulmanas na França e cuja apreciação no parlamento está marcada para o dia 9 de dezembro. Aliás, rebatizada de “Projeto de lei que reforça o secularismo e os princípios republicanos”.

Reunião de emergência do Conselho de Defesa também decidiu pela expulsão do país de 231 estrangeiros considerados “radicalizados”.

Setores políticos notórios pela fobia a imigrantes estão tentando fazer do crime um pretexto para aumentar a perseguição a estrangeiros – como o Rally Nacional, ex-Frente Nacional, de Marine Le Pen, e políticos do conservador Republicanos.

Em 2015, as charges ofensivas – cujo caráter de provocação aos muçulmanos é evidente por si só – levaram à invasão e metralhamento da redação do Charlie Hebdo em Paris, em que foram mortas 12 pessoas, entre chargistas, jornalistas e auxiliares, atentado que chocou o mundo.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Pesquisas mantêm Biden à frente de Trump a dias da eleição presidencial



Segundo as pesquisas, dianteira de Biden vai de 9% a 10% nacionalmente

Servidores do setor epidemiológico condenam inépcia da Casa Branca frente à pandemia

Mais de 1.000 atuais e antigos funcionários do Serviço de Inteligência Epidêmica (EIS) do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) dos EUA assinaram uma carta aberta denunciando a resposta desastrosa do governo Trump à pandemia de Covid-19 e exigindo que a prestigiosa agência de saúde pública possa retomar seu papel crucial na proteção da saúde da população do país.

“A ausência de liderança nacional na Covid-19 é sem precedentes e perigosa”, assinalaram 1.044 médicos, enfermeiras, cientistas e outros profissionais de saúde do EIS, mais conhecidos como “detetives de doenças” pelo papel que cumprem no rastreamento e enfrentamento de epidemias.

Eles manifestaram ainda sua “preocupação com a nefasta politização e silenciamento da agência de proteção à saúde do país durante a pandemia de Covid-19”.

A carta aberta foi divulgada no momento em que a pandemia do novo coronavírus está em alta

em 48 dos 50 estados, e a propagação do contágio vem sendo descrita como um “incêndio selvagem”.

Quando a carta foi redigida originalmente em maio, o número de mortos Covid-19 do país já ultrapassava 100.000. “A devastação continua”, escreveram os signatários, “com um fim ainda não próximo.” Agora, já são quase 220.000 vidas perdidas para a pandemia apenas nos EUA.

Como assinala o documento, em crises anteriores de saúde pública, “o CDC forneceu as melhores informações disponíveis e recomendações diretas diretamente ao público. Foi amplamente respeitado por efetivamente sintetizar e aplicar evidências científicas de epidemiologistas e pesquisadores biomédicos no CDC e em todo o mundo”.

O manifesto também destaca a “credibilidade histórica” do CDC, que tem como base “experiência incomparável e mais de 70 anos de memória institucional. Esse foco e organização são dificilmente reconhecíveis hoje”.

Os signatários advertem que nos EUA as

cadeias de transmissão mortais cruzam todo o país, mas no entanto “estados e territórios foram deixados para inventar seus próprios sistemas diferentes para definir, diagnosticar e relatar casos desta doença altamente contagiosa”.

Os esforços inconsistentes de rastreamento de contato – denunciaram – estão “confinados dentro das fronteiras de cada estado – enquanto as infecções por coronavírus infelizmente não estão”.

Esse caos – enfatizam – é o que “o CDC costumava evitar por sua longa história de colaboração com autoridades de saúde estaduais e locais no desenvolvimento de sistemas nacionais de vigilância e controle coordenado de doenças”.

“O CDC deve estar na vanguarda de uma resposta bem-sucedida a esta emergência global de saúde pública”, disseram os especialistas aposentados e ativos do EIS. “Apelamos urgentemente ao povo americano para exigir e aos líderes de nossa nação que permitam ao CDC resumir seu papel indispensável.”

Trump atropela tudo para se socorrer da antidemocrata Barret na Suprema Corte

Em breve cerimônia na Casa Branca, já prestou juramento na segunda-feira (26) e assumiu sua vaga na Suprema Corte dos EUA a arquirreacionária juíza Amy Coney Barrett, cuja indicação foi aprovada pela bancada de Trump no Senado a toque de caixa, atropelando tudo, das normas do Senado à moral e aos bons costumes, e a oito dias da eleição que decidirá o novo presidente norte-americano.

Barrett, aprovada por 53 a 48, substituiu a juíza Ruth Bader Ginsburgh, ícone das conquistas dos direitos das mulheres desde os anos 1970 e da defesa dos direitos, e que fora aprovada por 96 a zero.

Com isso, no momento fica instaurada na Suprema Corte dos EUA uma maioria artificial de 6 a 3 contra a manutenção de direitos e liberdades, a dias das eleições onde todas as pesquisas que apontam para uma renovação na Casa Branca com entre os integrantes do Senado norte-americano.

Ao ser inquirida no Senado, Barrett não conseguiu dizer se achava “constitucional ou não” a Previdência Social e a saúde pública – ou qualquer outro direito. Também se recusou a opinar se Trump poderia “adiar unilateralmente a eleição” ou se milícias armadas podiam “fiscalizar locais de voto”.

É a primeira confirmação do nome de um juiz da Suprema Corte com o apoio de um só partido desde o século XIX.

Enquanto priorizava abalroar tudo para nomear Barrett, o Senado sob Trump se recusou a discutir um plano de US\$ 2 trilhões de ajuda às famílias, às pequenas empresas, aos Estados,



Assalto à Suprema Corte a oito dias das eleições

aos hospitais e à testagem, em função da pandemia. Uma única senadora republicana votou contra a nomeação de Barrett, Susan Collins, do Maine.

A premência em colocar alguém na Suprema Corte que garantisse o placar de 6 a 3 caso a eleição fosse parar na Justiça, como ocorreu em 2000 com W. Bush, ou seja, como Trump tem repetidamente ameaçado, foi expressa logo após a morte da juíza e ícone da instituição por seu papel na garantia de direitos, Ruth Bader Ginsburgh pelo senador Ted Cruz, do Texas, um dos mais parlamentares mais reacionários da história do país.

Ao contrário de manifestação de força, a imposição às pressas de uma figura como Barrett, em tudo e por tudo o oposto da admirada magistrada Ginsburgh, é expressão do temor dos setores mais extremistas diante dos avanços das mobilizações contra a injustiça que tomaram as ruas e também as pesquisas. “Nenhuma indicação até a posse”, exigiam manifestantes diante do Capitólio, o último de-

sejo manifestado por Ginsburgh. “Sem Justiça, sem Paz”, advertiram milhões de costa a costa nos protestos contra o racismo.

“SÓ DEPOIS DA POSSE”

Há uma semana, cem mil mulheres foram às ruas de costa a costa contra a manobra de deformação da Suprema Corte e para homenagear Ginsburgh. Manifestos contrários a mais um magistrado reacionário na Suprema Corte obtiveram quase dois milhões de assinaturas. 5 mil juristas divulgaram carta de repúdio a Barrett.

Neste domingo, em mais de 100 cidades por todo o país mulheres foram às ruas repudiando a imposição da juíza escolhida a dedo por Trump. Em cada lugar, parte das manifestantes se vestiu com túnicas pretas com colarinhos brancos em homenagem à juíza RBG. Outras, zombando da devota Barrett, usavam túnicas vermelhas e gorros brancos, como as personagens da série “The Handmaid’s Tale.”

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A uma semana das eleições à Casa Branca, as sondagens apontam que vantagem do democrata Biden sobre Trump se mantém tanto no cômputo geral como no número de delegados ao Colégio Eleitoral

Faltando nove dias para a eleição nos EUA, o tempo está se esgotando para o presidente Donald Trump virar a votação, assinalou no domingo (25) a CNN, que prognosticou que o oponente democrata Joe Biden estaria com 290 votos no colégio eleitoral neste momento, contra 163 de Trump.

“A vantagem de Biden sobre Trump, tanto nacionalmente como nos Estados indecisos, vem se mantendo”, conforme as pesquisas disponíveis, em contraste com o que aconteceu há quatro anos, quando “neste ponto na eleição de 2016 Hillary já estava colapsando” e Trump estava “rapidamente fechando a lacuna”.

“O que não está sendo visto na votação de 2020”. No momento, o Biden está na dianteira cerca de 9 a 10 pontos nacionalmente, dependendo da pesquisa utilizada.

Mais importante, Biden tem “mais de 50%” das intenções de voto.

Conforme a CNN a margem de Biden pode cair cerca de um ponto em relação ao início de outubro, embora esteja bem dentro da média histórica do início do ano.

A CNN também comparou os fatores em jogo agora e há quatro anos. Em 2016, neste momento da disputa, acabava de vir a público a carta do chefe do FBI James Comey “investigando e-mails no laptop de Anthony Weiner que estavam potencialmente relacionados a uma investigação do uso de um servidor privado por Hillary Clinton”. “Nenhuma bomba dessa magnitude saiu este ano”, observa a rede de notícias.

Continuando a avaliar a evolução das duas disputas, a CNN observa que, a nove dias da eleição em 2016, “a vantagem de Clinton caíra para apenas cerca de 4 pontos percentuais”, quando fora de 7 pontos percentuais 21 dias antes.

O aparecimento de 45% dos votantes de Clinton foi “baixa o suficiente” para deixar Trump com “muito espaço na semana final de campanha” para assediá-los eleitores mais indecisos, que não tinham preferência por nenhum dos candidatos naquele momento.

Para a CNN, “tudo o que Biden realmente precisa fazer agora para vencer é segurar os eleitores que [já] possui”.

Mas as diferenças vão além do tamanho da vantagem nas pesquisas nacionais.

A chamada ‘favorabilidade líquida’ (favorável menos desfavorável) de Trump, segundo pesquisa ABC News/Ipsos realizada após o debate final e publicada no domingo, é de menos 22 pontos percentuais. Ou seja, profundamente negativa. Dito de outra forma: é mais, bem mais detestado do que amado.

A CNN observa que esse tipo de situação não é novidade para Trump: Foi a norma durante sua presidência e foi verdade também durante sua candidatura de 2016 à Casa Branca.

O mesmo índice, para Biden, foi de +1 ponto percentual.

Voltando à comparação com Hillary, ela teve classificações de favorabilidade líquida quase universalmente negativas no último mês e a nove dias da eleição de 2016. Precisava ganhar os eleitores indecisos que não gostavam dela nem de Trump, mas não conseguiu.

“Hoje, Biden não precisa fazer nada disso. Tudo o que ele precisa fazer é conquistar os eleitores que gostam dele”, sublinhou a CNN.

“Nossa última pesquisa CNN/SSRS mostrou Biden derrotando Trump por uma margem de 93% a 6% entre os prováveis eleitores que tinham uma visão favorável de Biden”, destacou.

Ainda segundo a CNN, três pesquisas estaduais divulgadas no domingo pela CBS News/YouGov também indicam que houve pouco movimento em direção a Trump.

O que é importante notar aqui é que são quase idênticas às que CBS News/YouGov encontraram da última vez que estiveram em campo.

Na Flórida, Biden está com 50% contra 48% de Trump. No mês passado, era 48% Biden a 46% para Trump.

Na Geórgia, Biden está com 49% contra 49% de Trump. No mês passado, era 47% Trump a 46% para Biden.

Na Carolina do Norte, Biden está com 51% e Trump com 47%. No mês passado, era de 48% de Biden contra 46% de Trump.

Embora tais resultados estejam dentro da margem de erro, são consistentes com as médias das pesquisas que dão a Biden 2 a 3 pontos de vantagem na Flórida e na Carolina do Norte e uma disputa equilibrada na Geórgia.

Uma vitória de Trump pressuporia, no atual quadro, quase certamente, precisar vencer em todos esses três estados. Biden, avalia a CNN, gostaria de vencer em pelo menos um, mas mesmo que isso não ocorra ainda há outras possibilidades para chegar aos 270 votos da vitória.

A CNN volta a enfatizar que nas semanas finais de 2016 as pesquisas estaduais mostravam Trump em ascensão. Hoje, essas mesmas pesquisas têm Biden à frente e em uma posição clara para vencer, exceto por um desenvolvimento inesperado nos últimos nove dias.

CORONAVÍRUS

No final de semana, o único fato digno de nota foi que o chefe de gabinete do vice-presidente Mike Pence, Mark Short, pegou Covid. O foco de contágio na Casa Branca segue fervendo.

Notícia que provavelmente – pelo menos nos poucos indecisos que ainda sobram – deve piorar a avaliação sobre a capacidade de Trump de fazer frente à Covid-19, além de desmoralizar suas promessas de que a pandemia “está desaparecendo”.

Pelo menos três membros adicionais da equipe de Pence testaram positivo para o coronavírus. Segundo o New York Times, citando duas fontes sob anonimato, o chefe de gabinete da Casa Branca, Mark Meadows, tentou impedir que as notícias sobre o último surto se tornassem públicas.

O porta-voz da Pence, Devin O’Malley, disse que tanto o vice-presidente quanto sua esposa testaram negativo para Covid-19 no sábado e “continuam com boa saúde”. Pence planeja continuar em campanha, o que contraria a orientação oficial de que em caso de contato com alguém infectado a pessoa deve ficar isolado em casa por 14 dias, mesmo se o teste for negativo ou se sentir saudável.

Saskia Popescu, especialista em doenças infecciosas da George Mason University, classificou a decisão de Pence de manter sua agenda de viagens agressiva de “negligência grosseira”.

“É apenas um insulto a todos que trabalham na saúde pública e na resposta à saúde pública”, disse Popescu à Associated Press. “Também acho muito prejudicial e desrespeitoso as pessoas que vão ao comício... Ele precisa ficar em casa 14 dias. Eventos de campanha não são essenciais.”

O epidemiologista Eric Feigl-Ding, da Federação de Cientistas Americanos, também condenou a decisão do vice de Trump de continuar fazendo campanha, apesar da exposição a um vírus que matou quase 225.000 pessoas nos EUA e continua a se espalhar descontroladamente pelo país inteiro.

“O teste de Pence deu negativo, mas isso não significa nada imediatamente”, assinalou Feigl-Ding. “Ambos [Stephen] Miller e [Kayleigh] McEnany testaram negativo por 4-5 dias consecutivos antes de testar Covid-19 positivo no último dia. A infecção precoce nem sempre [é] detectável, mas ainda pode ser infecciosa.”

“Não permitiremos que EUA viole a soberania da China”, afirma o presidente Xi Jinping

O presidente da China, Xi Jinping, afirmou que seu país nunca permitirá que se mine sua soberania, segurança e desenvolvimento. “Nós, obviamente, não vamos ficar observando como são minados nossa soberania estatal, nossa segurança e nossos interesses em desenvolvimento, não permitiremos que força nenhuma interfira brutalmente e divida a terra sagrada da nossa pátria”.

“Caso uma situação dessa surja, o povo chinês dará um golpe esmagador”, declarou, na sexta-feira (23), em discurso na celebração do 70.º aniversário da entrada das tropas chinesas na península da Coreia para ajudar a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) a lutar pela libertação nacional contra o sul, dominado por um governo títere, respaldado por tropas dos Estados Unidos, durante o conflito de 1950-1953.

“Que o mundo saiba que o povo da China agora está organizado e não se pode brincar com ele. A China nunca buscou dominar ou se expandir, e se opõe decididamente a grandes potências e a políticas de força bruta”, disse xi citando o líder fundador da República Popular China, Mao Tsé-tung, como informa a agência de notícias Xinhua.

“Depois de árduas batalhas, as tropas chinesas e coreanas, armadas até os dentes, derrotaram seus oponentes, rompendo o mito da invencibilidade das forças armadas estadunidenses e obrigando os invasores a assinar o acordo de armistício em 27 de julho de 1953”, disse Xi, também secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC) e presidente da Comissão Militar Central, lembrando a guerra da Coreia, durante a qual se mobilizaram mais de 2 milhões de soldados chineses.

Em seu discurso, Xi assinalou que a guerra “contra a agressão dos Estados Unidos” ajudou a deter o imperialismo e a preservar a segurança da nova República Popular da China, criada em 1949. Oito meses após a sua fundação, a Guerra da Coreia eclodiu, em junho de 1950. Os pontos de invasão logo atingiram o rio fronteiro de Yalu, e aviões dos EUA bombardearam repetidamente as regiões fronteiriças do nordeste da China, causando baixas e perdas de propriedades e colocando em grande risco a segurança do país.

Em 19 de outubro de 1950, a pedido da RPDC, as forças dos Voluntários do Povo Chinês (VPC) cruzaram o rio Yalu para ajudar na luta até que uma trégua foi assinada em 1953.

Xi ressaltou que a China conduz uma política militar defensiva, porém assegurou que não permitirão que nenhum exército invada ou divida o país. Instou a acelerar a modernização das forças armadas e de defesa, já que, argumentou, “sem um exército forte, não pode haver uma pátria forte”. E sublinhou ainda que aquela guerra contribuiu a proteger a vida pacífica do povo chinês, estabilizar a situação na península da Coreia e garantir a paz na Ásia e em todo o mundo.

Atualmente, Washington investe contra a China a pretexto dos ‘direitos humanos’ em ‘Hong Kong e Xinjiang’, com imposição de tarifas, banimento do 5G da Huawei e provocações que vão desde a proibição de aplicativos a provocações com porta-aviões nucleares no litoral chinês e atropelo ao princípio de ‘Uma Só China’, acatado por todos os presidentes norte-americanos desde Nixon.

O representante permanente da China nas Nações Unidas, Zhang Jun, apresentou uma declaração conjunta em nome de 26 países, no Debate Geral do Terceiro Comitê da Assembleia Geral da ONU, no início do mês, denunciando os Estados Unidos e a União Europeia por violarem os direitos humanos, exigindo o fim imediato e completo das sanções unilaterais, repudiando seu efeito devastador em meio à pandemia do Covid-19.

ONU anuncia cessar-fogo para encerrar a guerra civil na Líbia

Representantes dos dois governos que se defrontam na Líbia há seis anos em uma guerra civil assinaram na sexta-feira (23) em Genebra um cessar-fogo permanente no país mediado pela ONU, que incluirá a saída de todos os combatentes estrangeiros em até três meses.

Desde 2011, quando a Otan interveio no país para derrubar o governo do líder Muammar Kadhafi em favor de grupos de jihadistas armados, a Líbia, que detinha os melhores índices sociais da África, mergulhou no caos e divisão.

Retrocesso que chegou a tal ponto que, atualmente, até mercados de escravos existem no país, que se tornou cabeça de praia da qual botes apinhados de refugiados cruzam o Mediterrâneo rumo à Europa. A produção de petróleo, principal riqueza do país, foi praticamente paralisada.

Em Nova Iorque, o secretário-geral da ONU, António Guterres, classificou o anúncio do cessar-fogo “um passo fundamental para a paz e estabilidade na Líbia”.

Ele instou a comunidade internacional a apoiar os líbios na implementação do cessar-fogo e no fim do conflito. Quase nove mil líbios morreram nos confrontos.

O chefe da ONU repetiu que “não há

solução militar para o conflito na Líbia” e que “há muito trabalho árduo pela frente”.

Guterres reiterou ainda a urgência no respeito “total e incondicional” ao embargo de armas a qualquer que seja o lado do conflito, já aprovado no Conselho de Segurança.

Desde que a Otan violou em uma resolução da ONU que apenas autorizava “proteger manifestantes” e passou a bombardear a Líbia por meses até a deposição do governo e o assassinato, depois de seviado, de Kadhafi, o país caiu nas garras de milícias rivais, com prisões em massa, tortura e mais de um milhão de refugiados. A unidade nacional ficou ameaçada.

A derrubada de Kadhafi também possibilitou o assalto aos arsenais líbios, que foram pilhados para armar na Síria as gangues extremistas que atacavam o governo legítimo de Bashar Al Assad, episódio que teve como dano colateral o assassinato do embaixador norte-americano em Benghazi.

Armas que também serviram para fortalecer extremistas ao sul da Líbia, o que redundou no atual conflito no Sahel, a região que fica entre o deserto do Saara e a África negra.

Leia mais no site www.horadopovo.com.br

Com apoio de 78,28% dos votos, Chile se livra da Carta de Pinochet



Assim como em Santiago (foto), houve celebrações em Viña del Mar e Valparaíso

Eleição de Arce resgata a democracia na Bolívia e MAS se recupera de erros de Evo

“Recuperamos a democracia”, afirmou o candidato do Movimento ao Socialismo, Luis Arce, quando as sondagens de boca de urna lhe davam mais de 20% de vantagem sobre o segundo colocado, Carlos Mesa.

Diante dos números e do andar da contagem dos votos, a presidente de fato da Bolívia, Jeanine Áñez, apoiadora dos candidatos do regime que se estabeleceu com sua autoproclamação como presidente, reconheceu a vitória de Arce: “Ainda não temos o cômputo oficial, mas com os dados com os quais contamos, o Sr. Arce e o Sr. Choquehuanca venceram a eleição. Felicito aos vencedores e peço que governem pensando na Bolívia e na democracia”.

O candidato Carlos Mesa também reconheceu que “houve um claro vencedor nas eleições deste domingo, que foi Luis Arce”. Pela lei eleitoral boliviana, vence no primeiro turno o candidato que obtiver mais de 40% dos votos e ao menos 10% de vantagem sobre segundo colocado. Ou alcançar mais de 50%, como o candidato do MAS conseguiu agora.

As sondagens oferecem o seguinte resultado: Arce (52,2%), Mesa (31,5%), Fernando Camacho, (14,1%), Hyun Chung (1,6%) e Feliciano Mamani (0,4%).

“Todos nós bolivianos demos um passo importante: recuperamos a democracia, sobretudo recuperamos a esperança”, afirmou o ex-ministro da Economia na sede de sua campanha, em La Paz, assim que a sondagem apontou sua vitória.

UNIDADE NACIONAL

Arce acrescentou que tanto ele, como seu vice, David Choquehuanca, têm o compromisso de governar para todos os bolivianos.

“Vamos construir um governo de unidade nacional, vamos construir a unidade de nosso país. Em toda esta jornada estamos recuperando a certeza, que é muito importante, no povo boliviano para podermos desenvolver todo tipo de atividades econômicas”, destacou Arce.

RESPEITAR REFERENDOS

Em entrevista ao jornal O Globo em agosto, quando perguntado sobre as lições que o MAS aprendeu com o erro de Evo ao candidatar-se a mais uma reeleição após o referendo ter dito não, o candidato Arce declarou que “entendemos que a candidatura a uma nova reeleição por parte de Evo estava no marco legal constitucional, mas reconhecemos que ela gerou no país uma linha política muito dura, que abriu espaço ao golpe de Estado de novembro. A lição aprendida é que é preciso respeitar o que digam os referendos e o que diga o povo boliviano, mas também esperamos que assim façam os partidos que vão estar na disputa eleitoral”.



Presidente eleito Luis Arce: “Vamos unir a Bolívia”

RETOMAR CRESCIMENTO

Ao declarar a vitória, Arce apresentou os seis compromissos para a retomada do crescimento econômico da Bolívia.

1. A industrialização com substituição de importações com base em créditos, empréstimos e incentivos fiscais. “Serão utilizadas todas as ferramentas que permitam impulsionar as indústrias que substituem produtos importados, dinamizem o mercado e utilizem maior quantidade de insumos nacionais.

2. Combustíveis ecológicos – programa para desenvolver o diesel ecológico de segunda geração para elevar a redução da importação e melhorar a balança de pagamento. As empresas que cuidarão da coleta, transporte e processamento serão estimuladas a gerar empregos.

3. Geração de emprego. “Serão dados incentivos às empresas privadas que criem e mantenham postos de trabalho, em especial de mulheres e jovens”.

4. Fortalecimento da atividade agropecuária. “Objetivo é garantir a segurança alimentar com soberania. Vamos impulsionar a produção de alimentos, fundamentalmente aqueles que ainda são importados”. Também se impulsionará a indústria de fertilizantes.

5. Plano diretor de industrialização do lítio. “Impulso a 41 indústrias conexas a esse mineral e a exploração das jazidas”.

6. Gestão fiscal responsável. “O ponto central deste eixo é a renegociação do pagamento de juros e capital da dívida externa com a finalidade de orientar estes recursos para a reconstrução da economia mediante o investimento público, motor da economia”.

“Temos que agradecer a toda a militância, compartilhamos esta campanha com muitas organizações, desde o militante das fileiras até o nosso chefe de campanha em nível nacional. E preciso agradecer a todos os que contribuíram, aportaram e

Chilenos decretaram o fim da Constituição antidemocrática e antipopular, biombo para um sistema econômico antissocial, com base na privatização da Saúde, Educação e Previdência

Neste domingo (25) os chilenos foram às urnas para decidir pela mudança na Constituição de 1980 imposta pela ditadura de Pinochet.

Com 99,57% das urnas apuradas, a revogação do arremedo de Constituição que, ao invés de garantir os direitos democráticos da maioria serviu de sustento legal ao autoritarismo e aos monopólios que com ele têm lucrado no Chile, foi aprovada por 78,28% dos votos. A rejeição à mudança foi derrotada de forma mais ampla do que todas as previsões, ficando com 21,72%.

A Praça da Dignidade – que ficou célebre por centralizar as manifestações que levaram à instauração do processo constitucional agora em vias de ser sacramentado – já está lotada com uma multidão celebrando a vitória.

“CHILE DESPERTOU!”

Com bandeiras chilenas e a palavra de ordem que se ouviu desde o início do levante que desembocou no voto pela mudança, afirmando “Chile despertou! Chile despertou!” em defesa da vida, da dignidade e da democracia. Assim fica decretado o fim da Constituição antidemocrática e antipopular, a qual permitiu que fosse forjado um sistema econômico onde prevaleceu a privatização da Saúde, da Educação e Previdência social.

Fica para trás uma Carta que apoiou o primeiro ensaio do funesto neoliberalismo forjado pelos economistas da escola de Chicago, os “Chicago Boys”, experiência garroteadora e desnacionalizadora da qual participou o atual ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes.

Com ela e outras leis complementares, houve

Já preso o pinochetista que tocou fogo em igreja na capital chilena

Com a prisão do cabo da marinha chilena, no dia 21, pela participação no incêndio da igreja San Francisco de Borja, no dia de uma manifestação gigante em favor da democratização do Chile, caiu a máscara da farsa que buscava jogar a culpa nos manifestantes e na esquerda em geral pelo vandalismo ocorrido no dia 18.

A manifestação congregou centenas de milhares na capital chilena para apoiar o voto no “Aprovo”, a favor da instalação de uma Constituinte com a finalidade de escrever uma Constituição que substitua a atual, imposta pelo governo fascínora de Augusto Pinochet, instalado com o golpe de Estado que derrubou um governo popular e assassinou o presidente Salvador Allende no ano de 1973.

A manifestação também foi convocada para celebrar um ano dos primeiros atos de um verdadeiro levante em favor de mudanças que ofereçam aos chilenos o mínimo de bem-estar e segurança, a exemplo do estabelecimento de uma previdência social pública no lugar da previdência privatizada que tem levado a maioria dos idosos chilenos à míngua e a um elevado índice de suicídios.

Com a prisão do cabo, lotado na Base Aeronaval de Concón (Valparaíso) “por participar em desordem pública durante as manifestações na capital”, se evidenciou a origem do vandalismo: os saudosistas da ditadura de Pinochet, com a finalidade de tumultuar o processo de libertação do Chile das leis draconianas do pinochetismo.

A marinha do Chile se dissociou inteiramente dos atentados. Depois da igreja San Francisco de Borja, os vândalos também atearam

um verdadeiro assalto ao Estado quando bancos e subsidiárias se apoderaram da previdência para manipular com a poupança dos trabalhadores, através das AFP (Administradoras de Fundos de Pensão) e pagar aposentadorias de fome, de até um terço do salário mínimo vigente, aos idosos chilenos, enquanto jogam com o dinheiro dos trabalhadores e obtêm lucros astronômicos.

O eleitor teve que responder a duas questões. A primeira se aprovava ou rejeitava a mudança constitucional. A segunda versando sobre a modalidade de Constituinte: Convenção Constitucional (155 eleitos para escrever a Constituição) ou Convenção Mista (composta por 86 parlamentares já no exercício do mandato e 86 eleitos para fins de redação da nova Constituição).

Aí também se verificou por ampla margem a vitória da opção mais democrática. O formato da Convenção Constitucional, com todos os seus membros eleitos com a finalidade de redigir a nova Carta, obteve 79,24% deixando para a fórmula “mista”, com parte dos constituintes escolhidos entre parlamentares já eleitos, com 20,76% dos votos.

Como no Chile o voto é voluntário, dos 14,7 milhões de aptos a votar, compareceram pouco mais de 50% dos eleitores.

“Nem nos anos de minha juventude, sonhei que no Chile seríamos capazes de nos unirmos para semelhante mudança. Nunca vi tanta gente com votando e com vontade de votar, de querer participar”, afirmou uma das que celebravam o resultado na Praça da Dignidade, Maria Isabel Nuñez, de 46 anos, ao lado de sua filha de 20.

fogo em uma segunda igreja, a de Asunción.

As duas igrejas se encontram nas proximidades da Plaza Italia, agora denominada “Praça da Dignidade”, pois foi ali que se concentraram os manifestantes durante os incontáveis protestos contra a devastação causada pelo governo de Sebastián Piñera.

Além de incêndio a igrejas, os encapuzados atacaram um supermercado e delegacias de polícia na periferia da capital.

O prefeito de Recoleta, que fica no entorno da capital, Daniel Jadue, foi ameaçado por desconhecidos que tentaram agredi-lo. “Quando saí de casa para dirigir-me à Praça da Dignidade fui interceptado por alguns desconhecidos que me disseram que eu não devia ir à manifestação e me ameaçaram”, afirmou o prefeito, filiado ao PC chileno.

“Não caímos na provocação”, acrescentou o prefeito, informando que os elementos ficaram nas ameaças verbais.

A manifestação transcorreu de forma tranquila, com a participação de jovens e pais de família que trouxeram seus filhos. A praça ficou coalhada de bandeiras chilenas e nela ecoava o grito de “Chile despertou!”.

Também houve manifestações nas cidades de Valparaíso, Viña del Mar, Antofagasta e Concepción.

A organização de jornalistas do Chile denunciou que o fotógrafo Antonio Kadima ficou ferido e se encontra hospitalizado devido ao impacto de uma bomba de gás lacrimogêneo em sua cabeça. Segundo a organização, “Antonio está estável, mas não podemos permitir que estas agressões sigam acontecendo”.

A falta que Pelé faz (nos seus 80 anos)

O leitor mais jovem conheceu algum jogador que fosse aplaudido pela torcida adversária, depois de golear esse time adversário? Pois eu e todos os que viram Pelé jogar conhecemos um jogador que saía do estádio aplaudido pela torcida do time contrário

CARLOS LOPES

Uma vez, em Caucaia, lá no Ceará, bebendo cerveja com um ex-goleiro do Palmeiras, ouvi a história de um pênalti, em uma partida contra o Santos:

“O Pelé ia bater. Fiz uma confusão na área. Comecei a berrar: ‘não adianta, crioulo, que agora você vai se lascar’. Eu sabia que ele nunca tinha perdido um pênalti. Todo mundo sabia disso? Mas eu era o goleiro, tinha que fazer o que podia. Tentei deixar ele nervoso.

“Ele nem se abalou. Apenas sorriu e eu reparei na luz. Vocês nunca viram isso. Tem uma luz que vem do Pelé. É uma luz, alguma coisa que não existe nas outras pessoas, ele está sempre com essa luz, ele não é iluminado, ele ilumina, é diferente, ele enche de luz o ambiente. “Ele sorriu, enquanto eu berrava e fazia a maior palhaçada. Eu não achava que ia dar certo, mas era o que eu podia fazer.

“Ainda sorrindo ele correu para a bola, não foi ‘paradinha’. Parou de sorrir quando chegou perto e chutou. Eu nem vi para onde foi a bola. Só quando ela já estava dentro, na rede.”

O ex-goleiro continuou insistindo na luz que vinha de Pelé – e não era difícil entender como aquela autoconfiança inabalável parecia, a ele, uma luz, provavelmente divina.

O leitor mais jovem conheceu algum jogador que fosse aplaudido pela torcida adversária, depois de golear esse time adversário?

Pois eu e todos os que viram Pelé jogar conhecemos um jogador que saía do estádio aplaudido pela torcida do time contrário.

Ele era caçado em campo – e, muitas vezes, revivida; Pelé também sabia bater, e bem. Mas, bastava-lhe um minuto, às vezes um segundo, para decidir uma partida.

LOS HERMANOS

Pelé também sorriu em 11 de setembro de 1963, na final da Libertadores da América, quando, em “La Bombonera”, o estádio do Boca Juniors, então campeão argentino, ouviu 50 mil torcedores saudando a entrada em campo do Santos: “Pelé/ hijo de puta/ macaquito de Brasil”.

O Boca Juniors atacou do começo ao fim do jogo – ou quase isso – com Pelé cercado em campo e com Gilmar fechando o gol. O empate não servia para o Boca Juniors, que perdera a primeira partida com o Santos, por 3 X 2, no Maracanã.

Para piorar a situação dos brasileiros, no começo do segundo tempo, Sanfilippo marcou para o Boca Juniors.

Porém, acabou ali a euforia argentina. Alguns minutos depois, aproveitando um tiro de meta mal executado pelo Boca, Pelé faz um de seus precisos passes – para Coutinho, que empata o jogo.

Sucessivamente derrubado em campo, a oito minutos do final, Pelé marca outro gol – e “La Bombo-



nera” silencia.

O Santos era bicampeão da Libertadores da América, título conquistado no terreno mais adverso da época.

NO CHILE

Minha maior lembrança de Pelé está numa partida em que ele não entrou em campo: Brasil X Espanha, na Copa de 1962, no Chile.

Em 1958, muito criança, lembro apenas da festa geral em Vacaria, no Rio Grande do Sul, onde morava em um acampamento de casas de madeira, à beira da estrada para Caxias do Sul, que ainda hoje existe.

Mas em 1962 eu estava, quatro anos mais velho (isto é, com nove anos), em Araquara, São Paulo. Morava em um bairro chamado Vila Xavier e não posso dizer que vi os jogos da Copa do Chile, porque nem os pouquíssimos ricos que já possuíam TV conseguiram vê-los, ainda que fosse em preto e branco – não havia, ainda, transmissão via satélite.

Mas ouvi todos os jogos do Brasil – pelo rádio, evidentemente.

A Copa de 58, onde Pelé surgira para o mundo, fora aquela em que Didi e Nilton Santos lideraram um time, no qual poucos acreditavam, para a vitória no lugar mais improvável do mundo – na Suécia.

Era a redenção do desastre do Maracanã, contra o Uruguai, na Copa de 50.

Até então, o mais famoso jogador brasileiro era Zizinho, ídolo de Pelé.

Mas Zizinho encerrara sua trajetória, como jogador, exatamente em 1957.

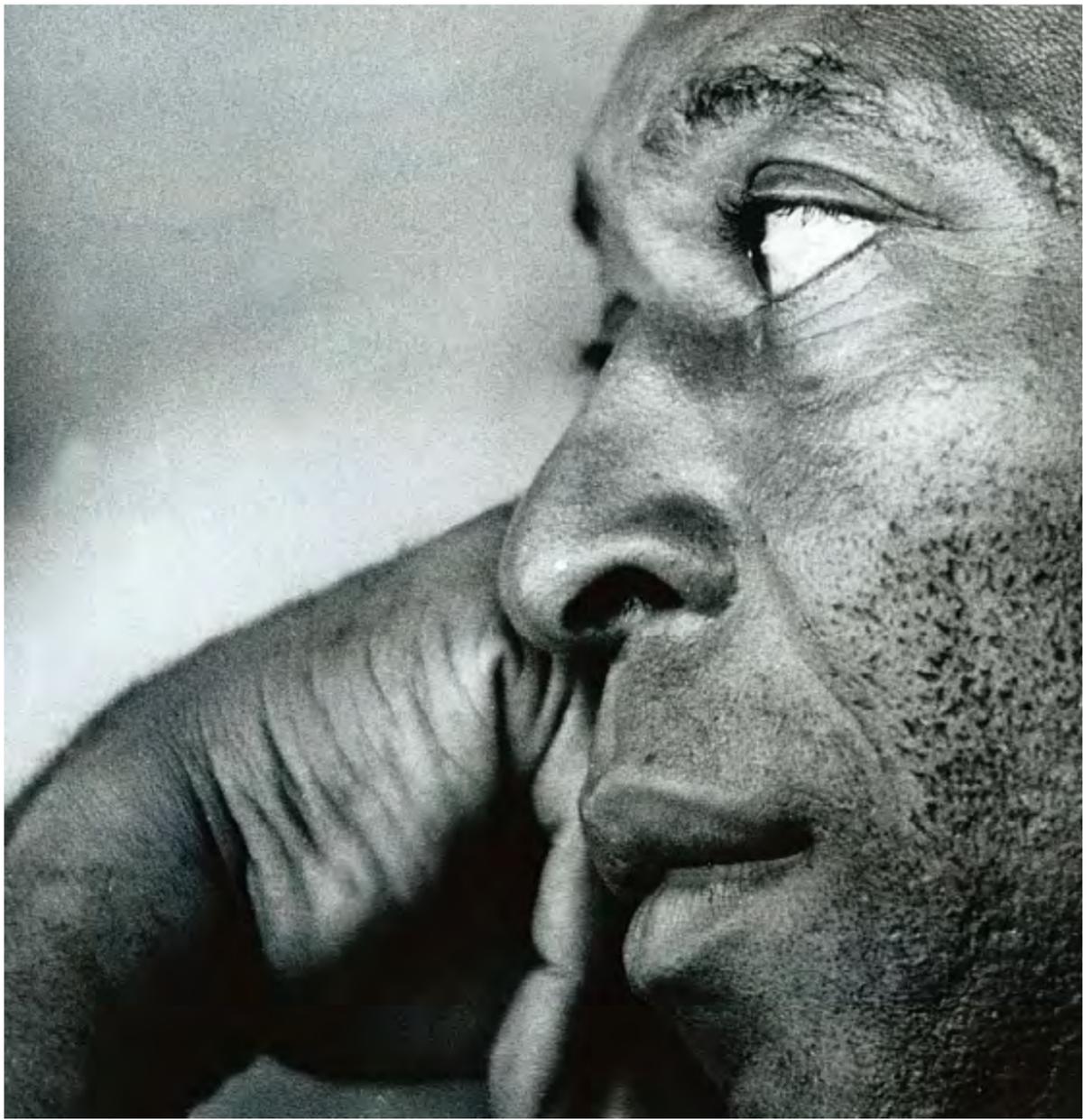
Na Seleção de 1958, somente havia dois remanescentes da equipe de 1950, que lá haviam estado na reserva: o goleiro Castilho, do Fluminense; e o zagueiro Nilton Santos, do Botafogo. Todos os outros eram de uma geração futebolística posterior, inclusive o mais experiente deles, Didi.

Em 1962, hoje é chover no molhado – porque muitos já repetiram – dizer que nossas esperanças de conquistar o bicampeonato mundial estavam, sobretudo, em Pelé.

É verdade que Pelé jamais foi um individualista, jogando sempre para o time. Não existe uma partida em que Pelé, vendo um companheiro mais bem colocado que ele, tenha retido a bola, em prejuízo da equipe. Isso sempre foi estranho à sua personalidade de jogador.

Mas, em 1962, o reserva de Pelé – Amarildo, do Botafogo – nem ao menos participava de um treino coletivo. A ninguém passou pela cabeça que Pelé não pudesse jogar em Viña del Mar ou em Santiago do Chile.

Na primeira partida, contra o México, Pelé e Zagalo liquidaram o placar contra a brava equipe azteca, que



Pelé aos 80 anos (foto: Paulo Pinto/ Fotos Públicas)

tinha sua maior estrela no veterano goleiro Carbajal, na época já com 32 anos.

A partida seguinte foi a do suplício. O empate (0 X 0) com a Tchecoslováquia.

Aos 28 minutos do primeiro tempo, depois que Zagalo, no ataque, passou a bola para Vavá, este atrasou para Didi, que acionou Zito. Este lançou para seu companheiro do Santos, Pelé, que chutou, cruzado, a gol.

A bola, espalmada pelo extraordinário goleiro tcheco, Schroif, bateu na trave. Mas Pelé caiu no chão, com a face tomada por um esgar de dor.

Pelé é levado para fora do campo. Está fora do jogo e da Copa, com uma “distensão na virilha” – ou, como depois se disse, com um “estiramento no músculo adutor da coxa esquerda”.

Porém, nessa época não havia substituições em jogos da Copa do Mundo. Pelé não queria deixar o Brasil com 10 jogadores, contra 11 da Tchecoslováquia.

As anotações a seguir são de uma testemunha ocular do jogo, o jornalista Belmiro Sauthier, enviado especial do jornal Última Hora: “O dr. Hilton Gosling e o massagista Mário Américo aplicam uma injeção em Pelé a fim de que ele possa retornar ao jogo.

“Pelé está de pé ao lado do campo. Conversa com o técnico Aimoré Moreira e pede para voltar. Pelé quer voltar. “Entra em campo Pelé, quase sem poder andar. Pelé faz um esforço para continuar em campo. Somente sua vontade e a injeção que recebeu podem levar o jogador a esse sacrifício.

“Pelé está inutilizado para esta partida. Não pode sequer andar em campo, mas está fazendo o que pode, usando apenas uma perna, sem correr.

“Pelé agora se encaminha para a linha de lado e troca algumas palavras com o

massagista Mário Américo. “Pelé não aguenta continuar em campo e agora está deslocado para a ponta direita, indo Garrincha para o meio” (cf. Última Hora, 04/06/1962, p. 12).

Isso foi no primeiro tempo. Pelé voltaria a campo no segundo tempo, deslocado agora para a esquerda, com o ponta esquerda – Zagalo – indo para o meio.

Sem nenhuma condição de jogo, com dores lancinantes, ele quis ficar e permaneceu em campo até o fim. O árbitro, aliás, finalizou a partida no momento em que a bola foi entregue, por Zito, a Pelé.

Escrevendo sobre a partida, na mesma edição de Última Hora, disse João Saldanha:

“... nas condições em que se verificou o jogo – os brasileiros privados do concurso de Pelé aos 28 minutos – o empate foi muito bem recebido pelo Brasil.

“A verdade é que esse jogo contra a Tchecoslováquia teve o grande mérito de mostrar a personalidade do quadro brasileiro. Mesmo privado de uma peça chave, como Pelé, nossos jogadores nunca se perturbaram. E nisso tudo, é justo que se destaque a categoria, a frieza, a inteligência inconfundíveis do extraordinário Didi. Dominando inteiramente o meio campo, orientando seus companheiros na marcação – particularmente Zito, que algumas vezes avançava demais – Didi foi o fator preponderante do equilíbrio do quadro brasileiro. Outra coisa que muito nos favoreceu foi o espírito calculista dos tchecos.

Foram a campo conseguir a classificação, e nunca se esqueceram disso. Assim, não se empolgaram com a superioridade numérica, jogando como se tivessem onze contra onze.

(...)
“Com a contusão de Pelé, Amarildo deverá entrar. Não garantimos que acertará ao lado de Vavá, mas temos grandes esperanças do que

essa oportunidade seja o marco de sua consagração definitiva.”

Saldanha não registra que também Garrincha e Vavá, a partir da contusão de Pelé, se agigantaram em campo. Aliás, sua avaliação sobre Vavá, nesta partida, não é justa – talvez porque, desde o início dos treinamentos para a Copa de 62, ele haja defendido uma dupla de área composta por Pelé e Amarildo, ao invés de Pelé e Vavá, como preferiu Aimoré Moreira.

Mas ele estava inteiramente certo sobre Amarildo, a partir da contusão de Pelé.

Na partida seguinte – a minha partida inesquecível – o Brasil enfrentaria a Espanha, na época sob o regime fascista de Franco, sem Pelé.

Lá em casa, em Araraquara, ganhar da Espanha, que tinha como seleção uma legião estrangeira, inclusive reunindo os jogadores húngaros que fugiram da Hungria socialista após os acontecimentos de 1956 – inclusive Ferenc Puskás, maior jogador da Copa de 1954 – era quase uma questão de princípio.

Para nossa sorte, o grande jogador da seleção espanhola, o argentino Di Stéfano – rival e carrasco de Didi, quando este jogara no Real Madrid – também se contundira.

Mesmo assim, foi um sufoco.

Aos 38 minutos do primeiro tempo, Puskás abriu um buraco na defesa brasileira, ao movimentar-se para fora da área e atrair os defensores do Brasil. Por esse buraco, entrou Adelardo, que marcou 1 X 0 para a Espanha.

Começamos o segundo tempo em desvantagem, lutando para evitar outro gol espanhol. Mas foi, então, que Didi, Garrincha, Vavá, Nilton Santos – e, sobretudo, Amarildo – foram à luta, como se cada um sentisse que a falta de Pelé lhes cobrava esforço, pelo menos, em dobro.

No dia anterior, Amarildo visitara Pelé, na cama devido à contusão.

Pelé disse a Amarildo que ficasse tranquilo: “você está protegido por Deus”, disse o santista ao seu substituto botafoguense.

E, aos 22 minutos do segundo tempo, Didi livrou-se dos seus dois marcadores, levou a bola até a entrada da área e entregou a Amarildo, que chutou, mas o goleiro espanhol defendeu.

Foi o sinal de que a partida, até então dominada pelos espanhóis, estava virando.

Três minutos depois, Zito pegou uma bola que estava com a defesa da Espanha, entregou a Vavá, e este a Zagalo, que cruzou baixo, para Amarildo, antes que a defesa espanhola interceptasse a bola, empatar o jogo.

Logo em seguida, Garrincha chutou de fora da área e Vavá, talvez pela única vez na vida, perdeu um gol com a meta escancarada.

Aos 38 minutos, Garrincha foi à linha de fundo e cruzou para trás, com a bola indo para a cabeça de Amarildo, que marcou o gol da vitória.

Muito poderia ser dito sobre esta e outras partidas, mas o nosso assunto, aqui é Pelé.

Sua presença jamais foi tão grande quanto nesta partida, em que ele não estava. Seu sacrifício, na partida anterior, era a inspiração da equipe, composta por outros grandes jogadores.

SINGELEZA

Poderíamos aqui, abordar o conjunto da trajetória de Pelé. Mas outros serão capazes de fazê-lo melhor.

Esta é apenas uma homenagem, nos seus 80 anos, uma homenagem a um homem que sintetizou algumas das grandes qualidades de nosso povo.

Antigamente chamava-se, a isso, uma “singela homenagem”.

Não pretendemos mais.